

PORTE PAGO  
DTR/PR  
ISR - 48 - 420/87

# Análise Conjuntural

**IPARDES**

ISSN 0102-0374

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Impresso

# Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

**IPARDES**  
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
Curitiba, v.27, n.5-6, p.1-40, maio/junho 2005

## GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO - Governador

## SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

REINHOLD STEPHANES - Secretário

## IPARDES

JOSÉ MORAES NETO

*Diretor-Presidente*

NEI CELSO FATUCH

*Diretor Administrativo-Financeiro*

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

*Diretora do Centro de Pesquisa*

SACHIKO ARAKI LIRA

*Diretora do Centro Estadual de Estatística*

THAÍS KORNIN

*Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

## ANÁLISE CONJUNTURAL

GILMAR MENDES LOURENÇO (*editor*)

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*editor assistente*)

## Equipe

ALAN IANKE DOS SANTOS

FERNANDO HENRIQUE MENDES DE LIMA

SHELBERT BRAZ

*(Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários)*

## EDITORIAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLLOTTI (*supervisão editorial*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão*)

LUIZA DE FÁTIMA P. MENDES LOURENÇO

*(normalização bibliográfica)*

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA

*(editoração eletrônica)*

## IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento  
Econômico e Social

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2

CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba - Paraná

TEL.: (41) 3351-6335 - FAX (41) 3351-6347

INTERNET: <http://www.ipardes.gov.br>

E-MAIL: [ipardes@ipardes.gov.br](mailto:ipardes@ipardes.gov.br)

*Permitida a reprodução total ou parcial desta  
publicação, desde que citada a fonte.*

## SUMÁRIO

A crise política e os onze anos do Real <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	3
Uma lupa sobre a conjuntura econômica brasileira <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	5
A dimensão econômica dos municípios brasileiros <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	10
Exportações paranaenses: panorama conjuntural <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	14
Acomodação industrial ou renúncia ao crescimento <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	16
A desconcentração industrial e o Paraná <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	18
Emprego formal no Paraná: evolução no período 1996-2004 <i>Alan Ianke dos Santos, Fernando H. Mendes de Lima e Shelbert Braz</i>	20
Paraná – Destaques Econômicos <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior, Alan Ianke dos Santos, Fernando H. Mendes de Lima e Shelbert Braz</i>	22
Economia Paranaense Indicadores Seleccionados	24

# A crise política e os onze anos do Real

---

Gilmar Mendes Lourenço\*

---

O real, moeda responsável pelo fim da hiperinflação brasileira, está completando o décimo primeiro aniversário em meio a uma das maiores crises políticas já vividas pelo País. Há quem afirme que o atual episódio de instabilidade superaria em larga escala aquele registrado durante o governo Collor, pois enquanto em 1989 e 1990 o esquema de corrupção teria envolvido a mobilização de amplas somas de recursos para a vitória de Collor, nos dias de hoje as negociações políticas incorporariam verdadeiras locações de legendas partidárias, em nome da aprovação, pelo legislativo, de providências de interesse do executivo.

Apesar de os meios econômicos virem tentando separar o momento político negativo dos acontecimentos da economia real, é impossível deixar de estabelecer relações de causa e efeito entre ambos que, provavelmente, venham a concretizar o aborto do estágio de recuperação conjuntural da produção e dos negócios, contabilizado desde o segundo semestre de 2003 e amparado em fatores internacionais favoráveis, sintetizados no crescimento da liquidez, do comércio e dos preços nas paragens mundiais.

Cumprir reconhecer que a administração Lula recebeu um país que, se reproduzido como o balanço de uma empresa, seria composto por dois eixos diametralmente opostos. No eixo esquerdo, estaria o ativo da estabilização ou, em outros termos, os frutos bons gerados por aquilo que se convencionou rotular como Plano Real.

O extremo direito hospedaria o passivo do Real ou, mais precisamente, o custo (preço) da estratégia de ajustamento macroeconômico implantada desde 1993. A gênese temporal foi marcada pelo anúncio do Programa de Ação Imediata (PAI), no mês de junho daquele exercício, por parte do ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC), seguido pela instituição da Unidade Real de Valor (URV), em março de 1994, que operou como um sincronizador dos reajustes de preços, salários e contratos, e que foi transformada em moeda em 1º de julho do mesmo ano.

Dentre os benefícios inquestionáveis propiciados pelo Real emerge o desaparecimento da hiperinflação inercial. O Brasil exibiu taxas de inflação anualizadas superiores a 5.000,00%, na véspera do lançamento da nova moeda em junho de 1994, sendo que as projeções

para o ano fechado de 2005 estão abaixo de 7,0%. O Real também abriu flancos para a neutralização dos mecanismos de indexação automática de preços, salários e contratos, sendo possível, no tempo presente, identificar apenas resquícios de indexação em segmentos com poder de mercado como planos de saúde, serviços públicos e governo.

Ademais, o Real oportunizou a reativação dos patamares de consumo das famílias, reprimidos durante os anos de hiperinflação, e de concorrência entre as empresas, sendo este último aspecto facilitado pelo aprofundamento da abertura comercial. No final das contas, o Real promoveu o alargamento do horizonte temporal de previsão econômica, ao desanuviar o exercício de tomada de decisão dos consumidores e das empresas.

---

## *A gestão excessivamente monetarista fez do Real um programa de combate à inflação dependente de poupança externa e da prática de juros reais elevados*

---

No entanto, a gestão cotidiana, centrada em uma visão excessivamente monetarista da macroeconomia, fez do Real um programa de combate à inflação dependente de poupança externa e, por extensão, da prática de juros reais elevados e bastante acima da média internacional. Entre 1994 e 1998, tal postura era justificada pela necessidade de manutenção da taxa de câmbio sobrevalorizada para, em simultâneo, sufocar as pressões inflacionárias e assegurar a continuidade da abertura comercial e da modernização do parque produtivo do País, enquanto seriam negociadas, no âmbito do Congresso Nacional, as reformas institucionais capazes de garantir a perenidade da moeda forte e a eliminação do déficit público.

Os estragos causados foram bastante apreciáveis, sobretudo quanto ao “inchaço” do tripé

---

\*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor do livro *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

formado por endividamento interno, vulnerabilidade externa e desemprego, agravados pelas interferências das crises internacionais, capitaneadas por México (1994 e 1995), Ásia (1997) e Rússia (1998).

Em janeiro de 1999, começo do segundo mandato de FHC, as alterações de rota na política econômica brasileira priorizaram a manutenção do controle da inflação por meio da geração de enorme transferência de renda dos segmentos concorrenciais do sistema produtivo para a órbita financeira, baseada na macroeconomia do xerife Fundo Monetário Internacional (FMI). Especificamente, entre 1999 e 2002, o Brasil passou a empregar uma orientação econômica que conjugava câmbio flutuante, obtenção de superávits fiscais primários e fixação de metas pouco realistas de inflação, tendo como variável de ajuste a taxa de juros, tal como ocorrido no intervalo 1994-1998.

Como resultado, o País prosseguiu a marcha de estagnação da demanda interna, compensada parcialmente pela reação do setor externo diante da

desvalorização cambial de 1999 e da ação das empresas na perseguição da diversificação da pauta e dos destinos das exportações e da abertura de novas frentes em um mercado internacional em expansão. Porém, o saldo econômico e social líquido ainda foi bastante negativo, especialmente se for levada em conta a diminuição da taxa de investimento, indicador referência da capacidade de expansão futura da economia.

Em janeiro de 2003, o governo Lula tomou posse com a responsabilidade de conquistar a confiança dos mercados e de negociar politicamente, com o Congresso Nacional, a aprovação das reformas requeridas para a transformação do Real em um plano de crescimento sustentado para o País. Até aqui, o curso das variáveis econômicas e políticas enfeixa atitudes voltadas à “compra” de credibilidade e de apoio que podem configurar o sepultamento das chances de retomada da expansão produtiva e a perda de nova oportunidade de crescimento com inclusão social, oferecida e pleiteada pela sociedade brasileira e chancelada pela dinâmica mundial.

TABELA 1 - BRASIL - PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS - 1993-2005

ANO	PRODUTO INTERNO BRUTO			EXPORTAÇÕES (US\$ bilhões)	IMPORTAÇÕES (US\$ bilhões)	TAXA DE DESEMPREGO (% da PEA)	INFLAÇÃO - IPCA (%)
	R\$ bilhões	US\$ bilhões	Taxa de crescimento (%)				
1993	14,1	429,7	4,9	38,6	25,6	5,3	2477,1
1994	349,2	543,1	5,9	43,5	33,1	5,1	916,4
1995	646,2	705,4	4,2	46,5	49,7	4,6	22,4
1996	778,9	775,5	2,7	47,7	53,3	5,4	9,6
1997	870,7	807,8	3,3	53,0	61,3	5,7	5,2
1998	914,2	787,9	0,1	51,1	57,6	7,6	1,6
1999	973,9	536,6	0,8	48,0	49,2	7,6	8,9
2000	1101,2	602,2	4,4	55,1	55,7	7,1	6,0
2001	1200,0	509,8	1,3	58,2	55,6	6,2	7,7
2002	1346,0	459,4	1,9	60,4	47,2	<sup>(1)</sup> 7,2 - 11,7	12,5
2003	1556,0	506,8	0,5	73,1	48,3	<sup>(1)</sup> 12,3	9,3
2004	1.767,0	604,9	4,9	96,5	62,8	<sup>(1)</sup> 11,5	7,6
2005	...	...	<sup>(2)</sup> 4,6	<sup>(3)</sup> 113,9	<sup>(3)</sup> 72,7	<sup>(4)</sup> 10,7	<sup>(5)</sup> 8,1

FONTES: Banco Central, IBGE, MDIC

(1) Nova metodologia.

(2) Acumulado nos quatro trimestres até março.

(3) Acumulado nos últimos doze meses até maio.

(4) Média dos últimos doze meses até maio.

(5) Acumulado em doze meses até maio.

# Uma lupa sobre a conjuntura econômica brasileira

---

Gilmar Mendes Lourenço\*

---

Depois de ter recuado a níveis inferiores a 2,0% em 1998, derradeiro ano da vigência do câmbio fixo, situando-se bastante próxima da média das economias avançadas, a inflação brasileira no varejo passou a registrar patamares mais elevados desde 1999. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência para a fixação das metas de inflação anual, oscilou entre 6,0%, em 2000, e 13,0% em 2002, mesmo com a prática de juros reais elevados, em certos momentos os maiores do mundo, amparando o regime de livre flutuação da taxa de câmbio, sacrificando o potencial de expansão do aparelho produtivo por meio da ampliação do endividamento público e da arrecadação tributária.

Conforme levantamentos da empresa de consultoria GRC Visão, os juros reais brasileiros superiores a 13,0% ao ano representam o dobro daqueles pagos pela Turquia e Hungria (6,6% e 5,3% a.a., respectivamente) e quase oito e onze vezes os dos países emergentes e desenvolvidos, que acusam taxas médias de 1,8% a.a. e 0,6% a.a., respectivamente.

A resistência da inflação ante a estratégia de juros altos exigiria uma melhor compreensão de suas causas e do arsenal de instrumentos a ser empregado para o seu controle. No fundo, o comportamento dos preços no Brasil pós-1998 foi fortemente determinado por choques de oferta (externos e internos) e por reajustes dos preços e tarifas monitorados por contrato – administradas e indexadas aos Índices Gerais de Preços –, que são mais sensíveis aos fatores exógenos.

Tais eventos foram representados pelas desvalorizações cambiais verificadas em 1999 e 2002, pelo colapso energético ocorrido em 2001, pelas elevações dos preços internacionais das *commodities* agrícolas, minerais e metálicas, ocorridas em 2003 e 2004, pela apreciação do câmbio contabilizada no triênio 2003-2005 e, mais recentemente, pela quebra de safra agrícola derivada da estiagem verificada no Centro-Sul do País.

Ressalte-se a costumeira relação entre os choques cambiais e os movimentos especulativos contra o real, resultando em uma espécie de círculo vicioso formado por desvalorização cambial, evasão de divisas estrangeiras, elevação de juros, aceleração da inflação, nova subida de juros, valorização cambial, controle da inflação, expectativas de nova e pronunciada depreciação cambial, vinculada a choques externos, e desequilíbrio na conta de capitais.

Tal anomalia, em um ambiente de indexação anual, formal ou informal de alguns preços monitorados aos índices de inflação que incorporam aqueles elementos de perturbação externos, que representam cerca de um terço da inflação no varejo, produz expressivo grau de automatismo nos reajustes de preços em médio e longo prazos, independentemente da política de austeridade monetária, que, aliás, revela eficácia apenas no controle dos preços livres e/ou na redução das margens de lucro dos segmentos concorrenciais devido à rigidez da matriz de custos, em grande medida valorada em dólares.

Nesse contexto, é fácil perceber a ausência de qualquer resquício de inflação de demanda que pudesse justificar a permanência da estratégia de juros reais quase sete vezes acima da média mundial durante um intervalo de tempo tão prolongado, a ponto de precipitar declarações estapafúrdias do presidente da República acerca da “preguiça” dos usuários dos bancos e da necessidade de identificação e uso de outros instrumentos, além dos juros, para a neutralização das pressões inflacionárias.

Por esse raciocínio, o chefe do poder executivo do País revelou surpreendente ignorância quanto à gênese e aos estragos provocados pela concentração e ineficiência bancária no Brasil, comprovados por avaliações efetuadas por entidades internacionais, inclusive por parte das instituições oficiais que cobram taxas de juros semelhantes às privadas em linhas de crédito consideradas livres, e ao risco de retorno das incursões antiinflacionárias ortodoxas, heterodoxas e híbridas, fracassadas nos anos 1980 e começo da década de 1990, referenciadas por congelamentos de preços, mudanças de padrões monetários e confisco de haveres financeiros.

---

\*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor do livro *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

Em contraposição aos “absurdos qualificados” que vêm sendo proferidos sobre a economia brasileira, vale destacar a observação do nonagenário economista norte-americano Paul Samuelson, ganhador do Prêmio Nobel em 1970, dando conta de que “gostaria que todos os problemas fossem como os econômicos, que podem ser resolvidos com política sensata”.<sup>1</sup>

Nas circunstâncias presentes, o que se nota é que as sucessivas elevações nos juros, interrompida em junho de 2005, começaram a provocar um esperado círculo vicioso, ao contraírem a demanda agregada de forma contraproducente, pela ampliação da dívida pública e redução das decisões de consumo e de investimento (privados e públicos), estas últimas cruciais para a desobstrução de gargalos e ampliação e modernização da capacidade de suprimento da demanda (oferta), incluindo a compra de equipamentos e a contratação de obras civis.

Tanto é assim que as estatísticas de Produto Interno Bruto (PIB), divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelaram expansão de apenas 0,3% da economia brasileira nos primeiros três meses de 2005 em comparação com o quarto trimestre de 2004, influenciada pelas quedas verificadas na indústria (-1,0%) e nos serviços (-0,2%). Foi a menor variação desde o segundo trimestre de 2003, quando o PIB subiu apenas 0,1%. A situação só não foi mais dramática devido ao incremento de 2,6% contabilizado pelo setor agropecuário entre janeiro e março do corrente ano.

Pela ótica da demanda agregada, a “salvação da lavoura” foi representada pelas exportações, sobretudo do agronegócio, que experimentaram crescimento de 3,5%. Ao mesmo tempo, os componentes da procura interna, especificamente o consumo das famílias, o investimento e os gastos do governo, acusaram quedas de 0,6%, 3,0% e 0,1%, respectivamente, corroborando a conjuntura de compressão do mercado doméstico, sinalizada pela manutenção do reduzido dinamismo do mercado de trabalho.

Pela primeira vez desde 2001 houve queda simultânea dos três componentes da demanda interna, sendo que só a taxa de investimento (medida pela formação bruta de capital fixo, ou a produção e importação de bens de capital e a fabricação de insumos da construção civil) acumulou queda superior a 7,0% desde outubro de 2004, depois de ter crescido 3,5% e 6,2% no segundo e terceiro trimestres de 2004, respectivamente.

De acordo com inferências do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), a taxa de investimento registrou a média de 18,1% do PIB entre 1999 e 2004, inferior à obtida durante a crise de 1961 a 1963 (19,8% do PIB). Uma repartição do período recente oportuniza perceber taxa de 18,6% do PIB entre 1999 e 2002 e de 17,2% no intervalo 2002-2004.

Essa tendência revela a preferência das empresas pela ampliação planejada da ocupação da capacidade, a custos marginais crescentes, em detrimento da realização de novos investimentos, em razão das dúvidas quanto ao comportamento dos mercados. Nessa direção, o valor das cartas consultas e dos desembolsos do Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) recuou 6,0% e 2,0% no primeiro quadrimestre de 2005 em comparação com igual período de 2004.

### *Há uma nítida preferência das empresas pela ampliação planejada da ocupação da capacidade, a custos marginais crescentes, em detrimento da realização de novos investimentos*

Em paralelo, o lucro dos bancos aumentou 52,0% entre janeiro e março de 2005 quando confrontado com o mesmo período de 2004, conforme apurado pelo BC junto a uma amostra de 106 instituições.

Uma breve observação dos dados disponibilizados permite inferir que o aparelho produtivo do País refletiu, no primeiro trimestre de 2005, os efeitos da estratégia econômica contracionista, formada pela combinação entre elevação de juros e de carga tributária, empregada em nome do combate à inflação e da necessidade de produção de enormes e crescentes superávits fiscais primários destinados ao pagamento da dívida pública.

Como esperado, os juros e os tributos em ascensão comprimiram o consumo, a produção, os negócios e os investimentos, praticamente abortando o ciclo de reativação econômica iniciado no segundo semestre de 2003. Quando forem divulgados os resultados do segundo trimestre, o panorama de retração econômica ficará mais nítido, especialmente porque já estará incorporando os impactos da valorização cambial (provocada essencialmente pelos juros elevados) no comportamento do comércio exterior brasileiro e nas decisões de investimentos dos segmentos mais articulados às exportações.

De outra parte, verifica-se pronunciada inconsistência determinada pela tentativa de amortecimento e/ou diluição dos encargos financeiros sobre o consumo através da contínua ampliação da oferta de crédito bancário – concentrada no alongamento dos prazos e na multiplicação das modalidades consignadas em folha de pagamento e das destinadas aos aposentados do INSS – que, somada à estabilidade no mercado de trabalho e à elevação dos salários reais, sobretudo do mínimo (que obteve reajuste de 15,38% a partir de 1º de maio de 2005, atingindo a cifra de R\$ 300,00 mensais), estaria sustentando os níveis de demanda interna, notadamente nas áreas de bens não-duráveis, semiduráveis e duráveis, e, conseqüentemente, a produção de focos de inflação.

No que se refere à evolução dos salários, levantamento preliminar do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) denota que cerca de 80,0% dos acordos negociados no primeiro semestre de 2005 resultaram em incrementos reais nas remunerações, que oscilaram entre 0,4% para os metalúrgicos de Blumenau e 3,4% para os empregados na fabricação de aparelhos celulares e nas usinas de álcool (tabela 1).

TABELA 1 - BRASIL - RESULTADO DE NEGOCIAÇÕES SALARIAIS, SEGUNDO RAMOS DE ATIVIDADE - PRIMEIRO SEMESTRE DE 2005

RAMO DE ATIVIDADE	DATA-BASE	REAJUSTE ANUAL (%)	
		Nominal	Real
Telecomunicações (Samsung)	Maio	10,00	3,39
Química - São José do Rio Preto	Maio	9,07	2,46
Alimentação - avícola - Rio Grande do Sul	Maio a julho	9,00	2,39
Calçados - Franca	Fevereiro	8,00	2,14
Mobiliário - Bento Gonçalves	Fevereiro	7,90	2,04
Vestuário/Calçados - Sapiranga	Fevereiro	7,48	1,62
Construção Civil - São Paulo	Maio	8,16	1,55
Telefonia - prestação de serviços	Maio	8,00	1,39
Metalurgia - Novo Hamburgo	Maio	8,00	1,39
Metroviário - São Paulo	Maio	7,94	1,33
Metalurgia - Blumenau	Maio	7,00	0,39

FONTE: SALGADO, Raquel. 80% dos acordos pagam acima da inflação. *Valor Econômico*, São Paulo, 27 jun. 2005. Brasil, p.A3

De fato, desde o início do estágio ascendente da taxa Selic, o volume de crédito pessoal cresceu 17,2%, enquanto o valor das operações de empréstimos às empresas privadas aumentou 6,2%. Contudo, enquanto na base as taxas médias de captação são de 19,0% a.a., na ponta os bancos vêm cobrando cerca de 50,0% a.a., sendo 65,0% a.a. para as pessoas físicas e 33,0% a.a. para as pessoas jurídicas.

Todavia, inquérito feito pelo Ibope junto a 500 aposentados que contrataram empréstimos consignados do Banco Cruzeiro do Sul apontou comportamento bastante racional no uso dos recursos, tendo como prioridades a quitação de dívidas (60,0% dos informantes), reformas das residências (27,0%), gastos com saúde (9,0%), aquisição de eletrodomésticos (2,0%) e compra de automóveis (1,0%). Como se vê, os dois últimos itens possuem peso "irrisório para pressionar os preços no setor de bens duráveis".<sup>2</sup>

Ademais, tais procedimentos devem esgotar-se mais adiante com a subida dos patamares de inadimplência causada por fatores internos, como a provável retração econômica, ou externos, como a desaceleração da economia mundial, por conta da redução da liquidez e da elevação dos juros e das cotações do petróleo nos mercados internacionais, da ampliação da aversão ao risco, da deterioração dos lucros das grandes corporações e da capacidade de consumo da população, da impulsão da procura por ativos de longo prazo por parte de fundos de pensão e outros investidores e da continuidade da estratégia de acumulação de reservas pelos bancos asiáticos. Tanto é assim, que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) rebaixou sua projeção de expansão do PIB brasileiro de 2005 de 3,5% para 2,8%, afetada pela redução da previsão de variação do investimento de 8,3% para 4,8%.

No tocante ao cenário internacional, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne os trinta países mais industrializados do planeta, projeta diminuição do ritmo de expansão de tais economias de 3,4%, em 2004, para 2,6% em 2005,

com recuos expressivos na União Européia de 1,8% para 1,2%, no Japão de 2,6% para 1,5%, e nos Estados Unidos (EUA) de 4,4% para 3,6%.

O PIB dos EUA cresceu 3,1% anualizado no primeiro trimestre de 2005, traduzindo o pior desempenho em dois anos, induzido pela menor variação do consumo privado e dos investimentos. É bastante provável que tal comportamento configure um dos primeiros sintomas da inevitabilidade de resolução dos desequilíbrios externo e fiscal, ligados à compressão da taxa de poupança, à redução das exportações, aos permanentes ganhos de produtividade do setor manufatureiro e à multiplicação do movimento de financeirização da riqueza em escala global.

No caso das perdas dos conglomerados, cabe destacar a General Motors Corporation e a Ford, que tiveram seus títulos rebaixados pela agência Standard & Poor's para o nível "junk", representando a não recomendação de compra, devido ao forte risco de não pagamento dos débitos, atrelado ao encurtamento dos mercados e à rigidez dos custos de mão-de-obra, principalmente com os itens saúde e previdência.

Na mesma direção, projeções do 75º relatório anual do Bank for International Settlements (BIS) apontam expansão de 3,6% do PIB brasileiro em 2005, bastante aquém das previsões feitas para os países emergentes (6,3%), liderados pela China (8,9%), Índia (7,1%), Argentina (6,8%) e Rússia (5,8%).

Assim, as providências de desoneração dos investimentos para o setor produtivo, reunidas na chamada "MP do bem", configuram apenas incentivos pontuais e/ou paliativos na ausência de atrativos estruturais para as inversões de longa maturação, especialmente a simplificação fiscal, a redução dos custos tributários e financeiros e a fixação de regras claras e estáveis.

Dentre as medidas voltadas à diminuição do preço do investimento e ao incentivo à inovação e à informatização destacam-se: a suspensão da cobrança de PIS/Pasep e Cofins para aquisição de bens de capital por companhias que exportam o equivalente a 80,0% do faturamento anual; a isenção do PIS/Pasep e Cofins na compra de serviços e de ativos imobilizados por empresas exportadoras de serviços de tecnologia, durante cinco anos, a partir dos quais existe a possibilidade de zeragem de alíquotas; a prorrogação por um ano (do final de 2005 até 2006) do prazo de utilização dos créditos da Contribuição sobre o Lucro Líquido (25,0% sobre a depreciação); a prorrogação do final de 2005 por tempo indeterminado do direito de aproveitamento em 24 meses dos créditos de PIS/Cofins sobre a compra de bens de capital; os incentivos fiscais para inovação tecnológica (especialmente a dedução em dobro dos gastos com pesquisa e desenvolvimento); e a isenção da PIS/Cofins para a compra de equipamentos de informática com valor inferior a R\$ 2.500,00.

Contudo, o varejo da política econômica do governo Lula revela atitudes que preservam os eixos da orientação seguida no transcórrer do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), direcionada à geração dos superávits fiscais primários à custa de uma enorme e regressiva carga tributária,

retirada de empresas não financeiras, trabalhadores e consumidores e apropriada pelos rentistas credores da dívida pública. Segundo o IPEA, o Brasil possui a segunda pior distribuição de renda do mundo, perdendo apenas para Serra Leoa, na África. Cerca de 1,0% dos brasileiros mais ricos detêm renda equivalente à auferida pelos 50,0% mais pobres.

O rótulo da postura continuista pode ser observado em pesquisa do Instituto Datafolha, realizada no começo de junho de 2005, indicando queda da aprovação do governo pela população. A avaliação “ótima/boa” caiu de 45,0%, em dezembro de 2004, para 35,0% em junho de 2005. Adicionalmente, para 59,0% dos entrevistados o presidente da República não defende mais os ideais que o elegeram.

O preocupante é que o enfoque mantenedor dos princípios da gestão econômica antecedente foi acrescido da equivocada estratégia de sobrevalorização do câmbio, perseguida e/ou permitida entre 1995 e 1998 sob a justificativa de eliminação da hiperinflação inercial. Em doze meses encerrados em maio de 2005, o real contabilizou apreciação nominal diante de um conjunto de moedas expressivas como dólar e yuan chinês (22,0%), libra inglesa (18,0%), iene japonês (17,0%), franco suíço e euro (16,0%) e won coreano (7,0%). Evidentemente, a valorização torna-se mais acentuada quando se consideram os maiores patamares inflacionários registrados pelo Brasil em comparação com esses países.

No final das contas, parece razoável admitir a necessidade de emprego de maiores intervenções do Banco Central nos mercados de câmbio flutuante e de definição de uma saída da indexação das tarifas, de forma a sufocar os componentes residuais da inflação brasileira. Igualmente importante seria a diminuição dos ganhos com operações de arbitragem, mediante o restabelecimento do controle de capitais, especificamente o uso de mecanismos tributários como o IOF e o IR, semelhante às práticas adotadas entre 1994 e 1997. Lembre-se que, de maneira mais ousada, o Chile impôs regime de quarentena aos capitais especulativos entre 1991 e 1998 e, recentemente, a Argentina passou a exigir a permanência mínima de um ano.

Em paralelo, a alternativa de emprego dos saldos comerciais na acumulação de reservas para reduzir as pressões dos mercados financeiros sobre os juros não pode ser adiada indefinidamente, sob pena de manter o crescimento econômico do País abaixo da média das nações emergentes.

---

*A “galinha dos ovos de ouro”,  
representada pelos superávits  
comerciais, pode estar  
ficando sem a ração cambial*

---

Até porque, a “galinha dos ovos de ouro”, representada pelos superávits comerciais resultantes do incremento do comércio mundial (quantidade e preços), dos impactos retardados da depreciação cambial de 2002 e 2003, dos esforços de promoção e

de novos acordos comerciais e da desoneração tarifária recente, pode estar ficando sem a ração cambial, pois a creditícia-financeira e a infra-estrutural têm se revelado cronicamente bastante aquém das necessidades dos agentes produtivos.

Sem dúvida, o País conseguiu preservar e ampliar a competitividade nas exportações de produtos básicos, como minério de ferro, carne bovina e de frango, e de semi-elaborados, como açúcar e ferro fundido, além de auferir consideráveis ganhos na área de manufaturados como laminados planos, aviões, autopeças, motores, veículos de carga e aparelhos retransmissores e receptores. Mas, só a título de ilustração, a redução dos recursos orçamentários alocados para a defesa sanitária em 2005, de R\$ 135,0 milhões para R\$ 37,0 milhões, pelo Ministério da Agricultura, deve comprometer as metas de controle e erradicação da febre aftosa no País.

Mesmo no interior do governo a frustração quanto ao perigo iminente de desmontagem do aparelho exportador está presente, a julgar por recentes declarações do diretor de Planejamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Antonio Barros de Castro, reconhecendo que “estavam começando a surgir investimentos centrados na exportação que estão sendo repensados. Não é uma atitude açodada, mas é que o ânimo do investidor arrefeceu”.<sup>3</sup>

Para piorar, o comprometimento da base exportadora do País pode ser comprovado por levantamento realizado pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), respaldado em informações do Ministério do Desenvolvimento, indicando que 259 empresas abandonaram o setor exportador em março de 2005. Trata-se de firmas de pequeno e médio portes, ligadas à produção de calçados, confecções e móveis, de capital predominantemente nacional, que possuem reduzida margem de manobra para compensar os efeitos do câmbio. Até porque, as operações globalizadas com moedas múltiplas e o regime de câmbio flutuante asseguram maior estabilidade às companhias de maior porte no comércio internacional.

A Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação, realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em abril de 2005, apurou a carga tributária, as incertezas quanto ao comportamento da demanda, o custo do capital e a escassez do crédito como elementos constrangedores dos investimentos produtivos. Certamente, por trás dessa manifestação defensiva dos empreendedores, a despeito da safra de polpidos lucros apontada pelos balanços de 2004, estaria a progressiva escalada de juros e de apreciação cambial, alargando as incertezas quanto à dimensão das demandas interna e externa.

Além de prejudicar o poder competitivo das exportações, o real apreciado carrega outros dois constrangimentos. O primeiro abarca uma espécie de inflação represada, pois, em circunstâncias de desvalorização, surgiriam novas pressões de custos que encurtariam o raio de manobra da política econômica para a diminuição dos juros. O segundo problema reside no incentivo às compras externas, anulando as apostas realizadas por empresas brasileiras e/ou filiais de

multinacionais em empreendimentos destinados à substituição de importações.

Seria ocioso enfatizar que a variável investimento constitui o elemento dinâmico da demanda agregada, afetada de modo defasado pela política monetária e explicativa dos níveis de renda futura do sistema econômico, conforme os princípios keynesianos do multiplicador dinâmico, especialmente na infra-estrutura de energia elétrica e de transportes e em inovação. Sobre esse último aspecto, pesquisa recente do IPEA constatou que apenas 1,7% das empresas industriais brasileiras praticam iniciativas de inovação e diferenciação de produtos. Estas “respondem por 25,9% do faturamento industrial do país e 13,2% do emprego do setor”.<sup>4</sup>

Ainda nessa perspectiva, a Pesquisa de Inovação Tecnológica da Indústria (Pinte) do IBGE demonstrou queda do percentual do faturamento destinado pelas empresas à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de 0,6%, em 2000, para 0,5% em 2003, fato que as distancia ainda mais das referências mundiais de cerca de 3,0%. Outra investigação do IBGE, a Pesquisa Industrial Anual (PIA), revelou queda de participação dos segmentos de pronunciada tecnologia no valor da transformação industrial (VTI) de 21,%, em 1996, para 19,2% em 2003.

Ao mesmo tempo, os ramos de padrão tecnológico de mediano a baixo elevaram sua contribuição no VTI de 23,3% para 26,8% em idêntico intervalo, confirmando a tendência de especialização do parque fabril do País em ramos intensivos em recursos naturais, mais limitados

em geração de renda e emprego e mais sensíveis aos choques externos.

Nesse cenário, não devem ser desprezados os reflexos econômicos da atual crise política, demarcada pela conjugação de fatores como a desarticulação do governo, as denúncias de corrupção – nos correios, no Ibama e no Instituto de Resseguros do Brasil, entidades transformadas em palcos de intermediação política de negócios –, o escândalo do pagamento de mesada a deputados aliados pelo governo e o imobilismo do Legislativo na discussão das reformas, especialmente quando os ventos favoráveis da enorme liquidez internacional e dos polpidos lucros nas transações de arbitragem deixarem de soprar.

Em médio e longo prazos, a combinação entre juros altos e câmbio baixo pode estabilizar a inflação acima das metas oficiais e abortar em definitivo o ciclo de recuperação dos níveis de atividade econômica iniciado no segundo semestre de 2003, inviabilizando o financiamento do balanço de pagamentos, a rolagem da dívida pública interna e o esforço fiscal promovido nas diferentes instâncias da administração pública.

Não por acaso, o Brasil ainda é classificado como país de “investimento não seguro” pela S&P, ao lado de Filipinas e Turquia, abaixo das categorias “segurança média baixa”, na qual figuram Polônia, África do Sul e México, “segurança média alta”, reduto da Hungria, e “alta segurança e qualidade” e “segurança máxima”, encaixe das nações avançadas.

---

## NOTAS

<sup>1</sup>BORGES, Robinson. Nobel diz que juro alto é mal necessário. **Valor Econômico**, São Paulo, 16 maio 2005. Brasil, p.A12.

<sup>2</sup>SABOIA, João. O consumo, os índices de preços e as taxas de juros. **Valor Econômico**, São Paulo, 22 jun. 2005. Opinião, p.A11.

<sup>3</sup>DURÃO, Vera S. Câmbio já afeta investimento, alerta Castro. **Valor Econômico**, São Paulo, 16 maio 2005. Brasil, p.A3.

<sup>4</sup>MARIN, Denise C. Só 1,7% das indústrias investe em inovação. **O Estado de S. Paulo**, 09 jun. 2005. Economia, p. B4.

# A dimensão econômica dos municípios brasileiros

Gilmar Mendes Lourenço\*

A divulgação do Produto Interno Bruto (PIB) dos 5.560 municípios brasileiros para o período 1999-2002, por parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representa um extraordinário avanço estatístico, por ser a primeira vez que este episódio acontece, como produto de uma parceria celebrada no ano de 2000 entre várias entidades estaduais de pesquisa e estatística e Secretarias de Governo e o Instituto, ficando este encarregado da coordenação e acompanhamento dos trabalhos, da preparação e teste da proposta metodológica e do treinamento das equipes técnicas.

O objetivo básico de tal empreitada consistiu no fornecimento de elementos úteis ao planejamento público e privado, tanto na identificação das características, peculiaridades, problemas e oportunidades, quanto na definição de prioridades e metas de ação visando à otimização dos pontos fortes e à negação e/ou reversão de tendências indesejáveis em âmbito municipal.

Antes de mais nada, é interessante assinalar que, apesar dos aprimoramentos conceituais, metodológicos e estatísticos incorporados às estimativas divulgadas, algumas limitações nada desprezíveis, implícitas nos resultados, devem ser levadas em conta pelos agentes públicos e privados envolvidos com o exercício de tomada de decisões voltadas ao reforço de potencialidades e à eliminação de ameaças ao desenvolvimento econômico e social, nos campos regional e municipal.

Em primeiro lugar, é preciso atentar para a cobertura da série para o intervalo 1999-2002, sendo a informação para o exercício de 2002 considerada provisória (preliminar), denotando graus de retardo temporal nas apurações, que podem conduzir a interpretações equivocadas acerca da densidade econômica municipal, devido à não incorporação dos efeitos da instabilidade macroeconômica registrada pelo País nos últimos anos.

É impossível ignorar as interferências, no cotidiano municipal, das profundas e abruptas modificações ocorridas no cenário macroeconômico brasileiro no passado recente. Dentre elas sobressaem a crise cambial de 2002, o ambiente recessivo do primeiro semestre de 2003, a recuperação verificada entre julho de 2003 e agosto de 2004 – amparada nos efeitos multiplicadores dinâmicos do comércio internacional sobre as atividades domésticas – e a desaceleração do crescimento observada a partir de

setembro de 2004, atrelada à intensificação da prática de juros reais elevados.

Em segundo lugar, é conveniente ter presente que nem sempre as grandezas, PIB total ou *per capita*, expressam a disponibilidade de potencialidades econômicas ou de qualidade de vida das populações locais, a não ser quando são fruto da combinação entre expansão da renda e da população e, por extensão, dos níveis de emprego. Em certas situações, a implantação e consolidação de atividades com parâmetros assimétricos de capacidade de agregação de valor e de absorção de mão-de-obra pode provocar inclusive o fenômeno de impulso da renda e de expulsão de população, bastante comum em municípios de pequeno porte, especializados na exploração agrícola de subsistência e/ou desprovidos de infra-estrutura.

Em terceiro lugar, emerge a sutil diferença conceitual entre geração, apropriação e retenção de renda, que representa o núcleo daquilo que os economistas chamam de conflito distributivo (funcional ou espacial), por meio do qual os agentes econômicos com maior poder de mercado procuram abocanhar parcelas crescentes do esforço produtivo realizado pelos demais. Tome-se como exemplo o município de Duque de Caxias, que, ao ostentar o sexto lugar em PIB no País e ser um dos berços do crime organizado no Rio de Janeiro, traduz a transferência, em grande proporção, das enormes receitas oriundas do refino de petróleo para outras regiões por meio do Estado e da União.

Em quarto lugar, a válvula de escape de análise, sugerida com o emprego de uma variável social síntese, especificamente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), também não equaciona o problema de aferição da real magnitude econômica municipal, devido à estreita relação existente entre a formação da renda (PIB) e as condições de expectativa de vida e de educação embutidas no IDH.

Apenas a título de esclarecimento, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

\*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor do livro *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

(PNUD), objetivando identificar e demonstrar a complexidade do processo de desenvolvimento humano, particularmente da qualidade de vida das populações dos diferentes países e regiões do planeta. O PNUD apura o IDH para cerca de 170 países desde o começo da década de 70.

O índice é estimado com base na combinação de indicadores explicativos do comportamento de três variáveis: condições de saúde, educação e renda. O método de cálculo contempla a construção e a concatenação de indicadores de longevidade (esperança de vida ao nascer), educação (média ponderada entre a alfabetização de adultos e as matrículas nos ensinos fundamental, médio e superior) e renda *per capita* (ajustada para expressar a paridade do poder de compra entre os países).

O pressuposto básico implícito na determinação deste indicador corresponde ao fato de que a expansão econômica, evidenciada na evolução da renda *per capita* de um país, só resulta em desenvolvimento se vier acompanhada de melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, atestada pela elevação da expectativa de vida e das condições de educação.

O IDH varia em uma faixa entre 0 (zero) e 1,0 (um), sendo os países e regiões classificados em três grupos: a) de baixo desenvolvimento – apresentando IDH menor que 0,5; b) de médio desenvolvimento – exibindo IDH entre 0,5 e 0,8; e c) de elevado desenvolvimento – traduzido por IDH superior a 0,8.

Em outros termos, a menor densidade produtiva e o menor contingente populacional levam à redução do potencial de arrecadação de tributos e de efetivação de dispêndios sociais nas esferas municipais, não compensada pelas transferências federais e estaduais, a não ser em circunstâncias específicas e financeiramente mais encorpadas, como o recebimento dos *royalties* de energia (petróleo e energia elétrica).

### Os números de PIB confirmam que a economia brasileira é extremamente concentrada setorial e geograficamente

Um rápido exame das apurações publicadas pelo IBGE permite apreender a ausência de grandes novidades no campo econômico. Os números confirmam que a economia brasileira é extremamente concentrada setorial e geograficamente, pois metade do PIB foi gerado por setenta dos municípios (1,3% do total), que respondiam por um terço da população. Ressalte-se que apenas nove deles produziram um quarto da renda gerada e hospedaram 15,2% da população do País.

O grupo dos nove (G9) é formado, em ordem decrescente de valor, por São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Manaus, Belo Horizonte, Duque de Caxias, Curitiba, Guarulhos e São José dos Campos. Em 1999, os 25,0% do PIB estavam concentrados nos municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Manaus, Curitiba e Porto Alegre. Na classificação de 2002, Porto Alegre saiu de cena (décimo lugar), cedendo espaço para Duque de Caxias (que desbancou Curitiba

do sexto lugar), Guarulhos e São José dos Campos. Manaus ultrapassou Belo Horizonte, ficando com a terceira colocação (tabela 1).

TABELA 1 - BRASIL - PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) MUNICIPAL - RANKING DOS DEZ MAIORES - 2002

MUNICÍPIOS	PIB (bilhões de reais)
São Paulo	140,1
Rio de Janeiro	62,9
Brasília	35,7
Manaus	20,4
Belo Horizonte	18,6
Duque de Caxias	14,1
Curitiba	14,0
Guarulhos	13,9
São José dos Campos	13,6
Porto Alegre	13,1

FONTES: IBGE

O fortalecimento da posição de Manaus decorreu do funcionamento da Zona Franca e dos *royalties* da exploração de gás natural do poço de Urucu. Já a relevância de Guarulhos pode ser imputada ao fato de este município integrar a região mais industrializada do País – cujas fábricas receberam, na última década, apreciáveis investimentos em ampliação e modernização –, ostentando enorme retaguarda científica e tecnológica, e a de São José dos Campos deriva fundamentalmente do desempenho exportador da Embraer.

A colocação de Curitiba em sétimo lugar, ainda à frente de Porto Alegre, pode ser explicada pela operação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), enquanto o parque industrial gaúcho encontra-se mais espalhado pela Região Metropolitana, com o Pólo Petroquímico de Triunfo e a fábrica da General Motors (GM) em Gravataí.

No fundo, o PIB municipal consubstancia uma forma alternativa de constatação da natureza do processo de desconcentração industrial ocorrido no Brasil desde a segunda metade dos anos 1970, restrito à área polarizada por São Paulo (e dos anos 1990 em diante pelo Mercosul), privilegiando centros dotados de excelência infra-estrutural, base científica e tecnológica, mão-de-obra qualificada e incipiente organização e atuação sindical.

As exceções ficam por conta das grandes inversões estatais, sobretudo em petróleo, ou de centros fabris montados e consolidados à base de incentivos fiscais, como a Zona Franca de Manaus. Se, por um lado, o capital industrial (e de serviços a ele acoplados) atingiu de forma positiva uma fração menor da sociedade, de outro, contribuiu para a ocorrência de grandes fluxos migratórios e a deterioração dos serviços urbanos provocada pela ampliação da densidade de usuários.

Mesmo nos estados do Sul e em Minas, que demonstraram um padrão locacional menos concentrador, os cinco municípios mais importantes contabilizaram mais de 30,0% do PIB total em 2002 (tabela 2).

TABELA 2 - BRASIL - PARTICIPAÇÃO DOS CINCO MAIORES MUNICÍPIOS NO PIB DE CADA ESTADO - 2002

ESTADO	PARTICIPAÇÃO %
Rio Grande do Sul	30,3
Santa Catarina	30,3
Minas Gerais	36,4
Paraná	37,4
Mato Grosso	39,8
Goiás	40,4
São Paulo	43,3
Pará	44,1
Mato Grosso do Sul	46,6
Tocantins	48,1
Bahia	49,0
Paraíba	51,6
Maranhão	51,8
Pernambuco	54,9
Rio Grande do Norte	55,6
Piauí	57,3
Rondônia	57,8
Ceará	58,4
Alagoas	58,4
Rio de Janeiro	60,0
Sergipe	61,0
Espírito Santo	64,9
Acre	80,3
Roraima	84,9
Amapá	88,3
Amazonas	89,3

FONTE: IBGE

A minimização ou a inversão das desigualdades inter e intra-espaciais de geração de renda no País dependeria, em um primeiro plano, da recuperação de um lócus político-técnico para a discussão da questão regional, nas suas diferentes escalas, envolvendo novos atores locais ativos, inclusive na perspectiva de restauração de espaços de debates sobre a reforma tributária e o redesenho do pacto federativo, arbitrado pelo governo federal.

Cabe esclarecer que se o pacto compensava o predomínio econômico do Sudeste mediante o repasse de incentivos fiscais ao Nordeste, nas décadas de 1960 e 1970, se resumia à política dos governadores nos anos 1980 e começo dos 1990 e estava restrito à ação e intermediação política da Bahia, do Ceará e, por vezes, de São Paulo, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), atualmente não se consegue vislumbrar qualquer orquestração política consistente a seu respeito, a não ser as rotineiras pressões de executivos estaduais e de parlamentares no rateio dos recursos orçamentários.

Em simultâneo, seria crucial a formulação e execução de uma política nacional de desenvolvimento regional, encaixada em um projeto de crescimento, contemplando o melhor aproveitamento das vocações e a descoberta de aptidões, visando à potencialização

das oportunidades de negócios para atendimento das exigências de um mercado globalizado e à canalização de recursos para as áreas periféricas, ou mesmo aquelas abandonadas dentro das ilhas de dinamismo.

A despeito de o Programa Plurianual de Investimentos (PPA), instituído ainda na gestão de Fernando Henrique Cardoso, ter retomado o planejamento em bases territoriais, a retórica de integração nacional contida nos documentos produzidos desde então conduziu à priorização dos corredores de exportação, buscando a integração competitiva à nova ordem mundial, apenas dos ramos econômicos e dos espaços físicos dinâmico país.

*É crucial a formulação e execução de uma política nacional de desenvolvimento regional, encaixada em um projeto de crescimento para o País*

No que diz respeito ao Paraná, mais de um terço do PIB está concentrado em cinco municípios, sendo os três primeiros (Curitiba, Araucária e São José dos Pinhais, ou 28,5% do montante) pertencentes à Região Metropolitana de Curitiba (RMC), dedicados fundamentalmente às atividades industriais de capital intensivo e ao refino de petróleo (Araucária), seguidos por Foz do Iguaçu, no extremo Oeste, sustentado pelo turismo e pelos *royalties* de Itaipu, e Londrina (Norte), baseado nos efeitos multiplicadores dinâmicos de um agronegócio diversificado e no setor de serviços, capitaneado pela Universidade Estadual.

Os municípios de Londrina e Curitiba estariam em uma relação das quinze áreas do País consideradas de abrangência de pólos ou centros de inovação, conforme levantamento preliminar realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), caracterizados pela capacidade de geração de produtos inovadores proporcionada por complexas bases em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e capacitação e qualificação de mão-de-obra.

Se forem acrescentados a esse “pelotão de elite” os municípios de Ponta Grossa (pólo agroindustrial, metalmeccânico e de serviços), Maringá (centro agroindustrial e universitário), Paranaguá (complexo portuário), Cascavel (agronegócio diversificado) e Toledo (industrialização de carnes), tem-se praticamente metade do PIB estadual.

Além disso, a comprovação da acentuada correlação entre magnitude econômica (total e *per capita*) e social pode ser obtida por intermédio da verificação de IDHs próximos ou superiores à média estadual por essas instâncias geográficas. Em conformidade com esse raciocínio, os municípios que figuraram nas piores colocações nos dois *rankings* registraram os menores IDHs (tabelas 3 e 4).

A redução das disparidades regionais e a maior dispersão espacial das atividades econômicas no Estado requerem a adoção de políticas públicas dirigidas ao estímulo aos segmentos produtivos absorvedores de mão-de-obra, caso da construção civil e do agronegócio, e ao empreendedorismo, além de vultosos investimentos na recuperação e ampliação do aparato

infra-estrutural, variável que deve anteceder qualquer etapa sustentada de crescimento econômico. Igualmente importante seria a canalização de recursos incentivados na direção das regiões deprimidas e a busca da universalização dos serviços públicos essenciais de saúde e educação.

TABELA 3 - PARANÁ - PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) MUNICIPAL - RANKING DOS DEZ MAIORES - 2002 VERSUS ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M) - 2000

MUNICÍPIOS	PIB (R\$ bilhões)	IDH-M
Curitiba	14,0	0,858
Araucária	4,6	0,801
São José dos Pinhais	4,6	0,796
Foz do Iguaçu	3,7	0,788
Londrina	3,6	0,824
Ponta Grossa	2,9	0,804
Maringá	2,7	0,841
Paranaguá	2,1	0,782
Cascavel	1,7	0,810
Toledo	1,2	0,827
Paraná	81,5	0,787
Brasil	1.346,0	0,766

FONTES: IBGE, IPEA/PNUD

TABELA 4 - PARANÁ - PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) MUNICIPAL PER CAPITA - RANKING DOS DEZ MAIORES - 2002 VERSUS ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M) - 2000

MUNICÍPIOS	PIB PER CAPITA (R\$)	IDH-M
Araucária	44.477,00	0,801
Capitão Leônidas Marques	33.050,00	0,751
Carambeí	30.870,00	0,785
Mangueirinha	26.407,00	0,754
Lobato	20.801,00	0,795
São José dos Pinhais	20.269,00	0,788
Cafelândia	20.211,00	0,787
Pinhão	16.988,00	0,713
Piên	16.079,00	0,753
Céu Azul	16.079,00	0,780
Paraná	8.241,00	0,787
Brasil	7.631,00	0,766

FONTES: IBGE, IPEA/PNUD

# Exportações paranaenses: panorama conjuntural

Julio Takeshi Suzuki Júnior\*

Nos cinco primeiros meses deste ano, as exportações paranaenses apresentaram expansão de 17,1%, em comparação ao mesmo intervalo do exercício anterior, atingindo o valor de US\$ 3,8 bilhões. Apesar do considerável crescimento, as vendas externas estaduais não acompanharam a evolução das exportações brasileiras, que saltaram de US\$ 34,0 bilhões para US\$ 43,5 bilhões, com incremento de 27,9% no período janeiro-maio de 2005.

Em uma avaliação pormenorizada, verifica-se que a expansão das exportações do Paraná vem sendo sustentada principalmente pelas indústrias metalúrgica e de material de transporte e por alguns segmentos do agronegócio. Tanto é assim que os automóveis, os veículos de carga, os produtos metalúrgicos, a carne de frango *in natura* e o açúcar bruto responderam por 82,9% do aumento absoluto de US\$ 553,8 milhões nas vendas totais do Estado, registrando taxas de crescimento muito superiores à média das demais mercadorias (tabela 1).

No que tange aos automóveis, a pronunciada elevação das receitas (de US\$ 199,4 milhões para US\$ 415,4 milhões) está diretamente relacionada ao início das exportações de um novo produto, lançado há mais de um ano no Brasil, para o mercado europeu. Para se ter uma idéia da importância desses novos contratos de fornecimento, as vendas de automóveis para a Alemanha, país que até então não se destacava como importador de material de transporte, somaram US\$ 184,0 milhões nos cinco primeiros meses de 2005, suplantando os Estados Unidos, a Argentina, o México e o Canadá, que encabeçaram a relação dos maiores compradores de veículos fabricados no Paraná nos últimos anos.

Da mesma maneira, as exportações de caminhões vêm apresentando resultados significativos, contabilizando alta de 228,6%. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as divisas geradas pelos embarques de veículos de carga totalizaram US\$ 68,8 milhões até o mês de maio, refletindo, em grande medida, a ampliação do comércio com a Suécia, responsável por importações da ordem de US\$ 30,7 milhões. Ademais, cabe destacar a evolução das vendas destinadas aos países latino-americanos, como o Peru e a Argentina, que anotaram variações de

471,6% e 40,6%, respectivamente, nas compras de caminhões produzidos no Estado.

Já com relação aos produtos metalúrgicos, cujas exportações saltaram de US\$ 53,2 milhões para US\$ 122,2 milhões, as propícias condições do mercado internacional vêm contribuindo sobremaneira para a boa performance do segmento. Para evidenciar o quadro favorável, segundo estatísticas da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), o *quantum* das exportações nacionais de produtos metalúrgicos cresceu 42,9% nos últimos três anos, não deixando dúvida quanto à ampliação da demanda externa da mercadoria, derivada da expansão da economia mundial.

No caso da carne de frango *in natura*, a trajetória ascendente das vendas do Paraná pode ser imputada principalmente ao aproveitamento das oportunidades comerciais abertas pelas crises sanitárias em importantes países produtores. Como exemplo, pode-se citar o Japão, que registrou aumento de US\$ 48,7 milhões para US\$ 63,6 milhões nas importações de carne de frango produzida no Estado, em razão do bloqueio do governo daquele país aos produtos provenientes de regiões que apresentaram casos da gripe aviária. No cômputo geral, as exportações paranaenses da referida mercadoria atingiram a cifra de US\$ 314,2 milhões no período janeiro-maio de 2005, superando em 34,7% o resultado concernente ao mesmo intervalo do ano anterior.

Ainda em relação ao agronegócio, houve aumento de 182,9% nas vendas de açúcar bruto, passando de US\$ 24,9 milhões para US\$ 70,3 milhões. Por conta da elevação dos preços internacionais e dos novos contratos de fornecimento, o segmento sucroalcooleiro está revertendo a tendência de queda das exportações verificada no ano de 2004, quando as divisas geradas pela comercialização do açúcar diminuíram 10,3%.

Em contraposição ao notável desempenho dos segmentos acima citados, as exportações de algumas mercadorias apresentaram redução, constatando-se decréscimos relevantes nas vendas estaduais de cereais

\*Administrador, técnico da equipe permanente desta publicação.

e óleo de soja bruto. Como se sabe, o recuo das exportações dos cereais se deve ao declínio da produção paranaense na safra 2004/2005, decorrente da prolongada estiagem. De janeiro a maio deste ano, os embarques desses produtos agrícolas garantiram receitas de US\$ 61,2 milhões, o que representa diminuição de 77,8% em comparação ao mesmo período de 2004.

Com uma queda menor (-27,2%), as vendas de óleo de soja bruto vêm sofrendo forte influência do comportamento desfavorável das cotações internacionais. Nos cinco primeiros meses de 2005, o preço médio da *commodity* alcançou US\$ 472,63/tonelada, ficando

20,7% abaixo do valor médio referente a janeiro-maio do ano passado.

Enfim, os resultados recentes do comércio exterior reafirmam a continuidade do dinamismo das exportações paranaenses, baseado na competitividade do agronegócio e na crescente inserção externa de alguns segmentos industriais voltados à produção de bens de alto conteúdo tecnológico. Obviamente, devem ser consideradas as condicionantes conjunturais da evolução das vendas externas estaduais, como o expressivo crescimento da economia mundial e o propício balanço de oferta e demanda de algumas *commodities*, fatores que podem não perdurar por muito tempo.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - JANEIRO-MAIO 2004-2005

PRODUTO	EXPORTAÇÕES (US\$ FOB)		CRESCIMENTO ABSOLUTO (US\$ FOB)	VARIACÃO (%)
	Janeiro-Maio 2005	Janeiro-Maio 2004		
Automóveis	415 384 223	199 418 100	215 966 123	108,3
Soja em grão	401 639 771	375 099 782	26 539 989	7,1
Farelo de soja	338 606 295	335 398 241	3 208 054	1,0
Carne de frango <i>in natura</i>	314 204 053	233 245 427	80 958 626	34,7
Motores para veículos	226 131 250	186 954 477	39 176 773	21,0
Madeira compensada ou contraplacada	211 362 452	210 068 326	1 294 126	0,6
Produtos metalúrgicos	122 191 946	53 239 605	68 952 341	129,5
Óleo de soja bruto	114 588 405	157 358 640	- 42 770 235	-27,2
Papel	99 797 822	88 061 489	11 736 333	13,3
Madeira serrada	91 982 936	66 084 812	25 898 124	39,2
Compressores e bombas	89 267 805	53 461 570	35 806 235	67,0
Tratores	72 869 942	57 574 382	15 295 560	26,6
Açúcar bruto	70 320 003	24 857 776	45 462 227	182,9
Veículos de carga	68 769 375	20 929 392	47 839 983	228,6
Cereais	61 192 058	275 843 537	- 214 651 479	-77,8
Café solúvel	57 852 541	49 665 735	8 186 806	16,5
Óleo de soja refinado	52 973 431	31 249 116	21 724 315	69,5
Carne suína <i>in natura</i>	52 260 480	32 767 412	19 493 068	59,5
Aparelhos elétricos para telefonia	48 001 065	45 983 760	2 017 305	4,4
Outros produtos	888 054 669	746 353 410	141 701 259	19,0
TOTAL	3 797 450 522	3 243 614 989	553 835 533	17,1

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

# Acomodação industrial ou renúncia ao crescimento

*Gilmar Mendes Lourenço\**

Os indicadores da produção industrial brasileira, relativos ao primeiro quadrimestre de 2005, apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas corroboraram os sinais de desaceleração da atividade econômica do País, emitidos desde setembro do ano passado e expressos nos resultados sofríveis do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre.

Não obstante os números do mês de abril terem exprimido estabilidade estatística (crescimento zero frente a março), os desempenhos por categorias de uso foram bastante heterogêneos. Em abril, a variação da produção só não foi negativa para bens intermediários, sendo o declínio mais expressivo contabilizado por bens de capital (-2,9%).

Para os indicadores acumulados ao longo no ano observa-se clara ausência de sincronização na expansão, pois enquanto a indústria geral cresceu 4,5%, puxada pela ponta, representada pelos bens de consumo (7,7%), a base manufatureira variou apenas 2,1% (bens intermediários) e 2,8% (bens de capital), sugerindo a interferência negativa da política econômica sobre as variáveis explicativas do investimento produtivo, elemento antecedente de qualquer ciclo de retomada do crescimento desprovido de riscos inflacionários derivados de pressões do lado da demanda.

O incremento na fabricação de bens de consumo (especialmente os duráveis, que cresceram 13,5%) decorreu da ampliação de modalidades de crédito menos vinculadas ao comportamento da taxa Selic, como o desconto consignado em folha, e da incipiente recuperação da massa salarial, que também beneficiou os não-duráveis e semiduráveis, cuja produção aumentou 6,2% entre janeiro e abril de 2005.

A performance de duráveis foi afetada positivamente por material eletrônico e de comunicações (14,0%), principalmente telefones celulares, e por veículos automotores (12,4%), notadamente automóveis. Entre os não-duráveis e semiduráveis, os destaques couberam aos acréscimos de produção dos itens farmacêuticos (13,7%) e edição e impressão (9,5%), além de café (10,5%) e abate de animais (10,3%), estes dois últimos exibindo grandes vínculos com as exportações.

Em contrapartida, a perda de ritmo de expansão de bens de capital e intermediários pode ser atribuída, em grande medida, aos problemas enfrentados pelo setor primário, especificamente a quebra da safra de verão e da safrinha no Centro-Sul, as elevações dos custos de produção e as incertezas quanto à trajetória da taxa de câmbio. Isso pode ser evidenciado pela diminuição da produção de tratores, máquinas e equipamentos agrícolas (-30,7%) e adubos e fertilizantes (-11,9%).

## *O aparecimento de informações menos promissoras sobre o desempenho econômico do País reflete a política de juros altos*

De um lado, a emergência de dados e informações menos promissoras acerca do desempenho econômico do País reflete, de forma inegável, a política de juros altos praticada pelo Banco Central, que, além de ter inibido as fontes internas de crescimento (consumo, investimento privado e gasto e inversão do setor público), prejudicou a rentabilidade e, conseqüentemente, as programações de médio e longo prazos dos ramos mais articulados às exportações, ao forçar a excessiva valorização da taxa de câmbio em um ambiente já penalizado por indefinições regulatórias, burocracia e, sobretudo, enorme carga tributária empregada para a cobertura dos encargos da dívida pública interna.

De outro lado, o começo da colheita de estatísticas econômicas frustrantes revela a renúncia, por parte do governo, da oportunidade de consolidação da fase de recuperação do aparelho produtivo do País, iniciada no segundo semestre de 2003 e amparada nos frutos dos drásticos ajustes externo e fiscal organizados desde 1999 e impulsionadores da poupança interna. As quedas na taxa de investimento e a desaceleração da produção de bens de capital, no primeiro trimestre e quadrimestre de 2005, respectivamente, denotam enfraquecimento da capacidade de expansão econômica auto-sustentada.

*\*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor do livro Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização.*

Nas circunstâncias atuais, a precipitação da crise política e a necessidade de apuração das denúncias de compra de apoio legislativo pelo executivo federal podem ofuscar qualquer empreitada mais séria de flexibilização da política monetária e promover a paralisação das atividades do Congresso Nacional, especialmente aquelas voltadas à discussão e aprovação das reformas institucionais.

Ainda assim, parece razoável admitir a prevalência do funcionamento das instâncias democráticas de resolução de conflitos e da racionalidade dos mercados em efetuar a separação entre a instabilidade política e a lógica e os fundamentos macroeconômicos do País, sob pena de deflagração dos costumeiros movimentos especulativos capitaneados por desvalorização da taxa de câmbio e queda das cotações das ações das empresas operantes no Brasil.

No Paraná, também houve redução do ritmo de expansão industrial nos primeiros quatro meses de 2005. A produção cresceu 5,0% no período, contra 4,5% da média do País. Dentre os treze estados pesquisados pelo IBGE, o Paraná ficou em sétimo lugar, empatado com o Pará em variação da produção industrial, atrás de Amazonas, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, Ceará e São Paulo (tabela 1).

TABELA 1 - BRASIL - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - ESTADOS SELECIONADOS - JAN-ABR 2005

ESTADO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Amazonas	16,2
Pará	5,1
Goiás	7,4
Ceará	6,8
Pernambuco	2,3
Bahia	3,9
Minas Gerais	7,6
Espírito Santo	4,8
Rio de Janeiro	2,0
São Paulo	5,6
Paraná	5,0
Santa Catarina	8,3
Rio Grande do Sul	-3,6
BRASIL	4,5

FONTE: IBGE

NOTA: Base de comparação - igual período do ano anterior.

A performance da indústria amazonense foi puxada por material elétrico e de comunicações, a de Santa Catarina por fabricação de carrocerias para caminhões e ônibus, a de Minas Gerais por veículos e siderurgia, a de Goiás por alimentos e bebidas, a do Ceará pelo parque têxtil e de vestuário, a de São Paulo pelas atividades farmacêuticas e de máquinas e equipamentos, e a do Pará pelo segmento extrativo. Ressalte-se a queda verificada na indústria gaúcha, puxada pelos ramos de máquinas e equipamentos e fumo, em razão do colapso na agricultura.

É perceptível o comprometimento da evolução do parque manufatureiro paranaense em função da interferência negativa exercida pela crise na agricultura – provocada pela quebra de safra, associada à estiagem, e pela queda de rentabilidade financeira decorrente da redução das cotações internacionais dos produtos primários –, pela política de juros elevados do governo federal e pela excessiva apreciação do real.

No período em foco, aconteceram declínios acentuados de produção nas indústrias de alimentos (-3,2%), madeira (-6,1%), refino de petróleo (-5,8%) e química (-17,3%). No caso do petróleo, cabe incluir a influência da paralisação técnica por dez dias, no mês de fevereiro, da unidade de craqueamento catalítico da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar) em Araucária.

Outros segmentos vinculados à agricultura e/ou às exportações, como máquinas e equipamentos e papel e celulose, apresentaram taxas de crescimento inferiores à média estadual, sendo +4,1% para papel e +2,5% para máquinas, a despeito da disponibilidade do programa Moderfrota, criado para a renovação do capital fixo do setor rural. Destaque-se que a quebra de safra no Paraná foi de 15,0%, sendo as maiores perdas verificadas no milho safrinha (43,0%), milho normal (14,0%) e soja (8,0%).

As performances industriais expressivas no intervalo ficaram por conta de veículos automotores (+41,2%), edição e impressão (+32,2%) e aparelhos elétricos (14,4%), ligadas aos impactos da ampliação do crédito e ao cumprimento dos contratos de exportação da indústria automobilística, celebrados em um época de câmbio menos desfavorável.

# A desconcentração industrial e o Paraná

Gilmar Mendes Lourenço\*

As estatísticas de vendas industriais brasileiras relativas ao intervalo de tempo compreendido entre 2000 e 2003, contidas na Pesquisa Industrial Anual (PIA/Produto 2003) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam o prosseguimento de uma tendência de desconcentração geográfica da indústria no País, renovada desde a segunda metade da década de 1990, com o advento do Plano Real e a acentuação da abertura comercial.

Os números do IBGE demonstram tratar-se de um movimento de desconcentração concentrada, dentro do raio de interferência econômica de São Paulo e do Mercosul, salvo alguns espaços pontuais do território nacional, como Bahia e Amazonas, justificados pela utilização de generosa cesta de benesses fiscais e financeiras, composta em maior medida por subsídios da União, caso do pólo automotivo e da Zona Franca.

O Paraná foi o estado que mais tirou proveito do ambiente propício ao investimento industrial neste período. Isto porque o parque manufatureiro operante nos limites estaduais registrou expressiva elevação de participação no Valor da Transformação Industrial (VTI) brasileiro, saltando de 5,3%, em 1996, para 6,8% em 2003, consolidando a quinta posição na formação da renda industrial no País (tabela 1).

TABELA 1 - BRASIL - VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) - PRINCIPAIS ESTADOS - 1996/2003

ESTADOS	VTI (% no Brasil)	
	1996	2003
São Paulo	49,4	41,4
Rio de Janeiro	8,3	10,4
Minas Gerais	9,2	9,7
Rio Grande do Sul	7,7	8,1
Paraná	5,3	6,8
Santa Catarina	4,3	4,6
Bahia	2,8	4,1
Amazonas	3,3	3,2
Espírito Santo	1,3	2,1
Goiás	1,1	1,6
Brasil	100,0	100,0

FONTE: IBGE

Em termos de vendas industriais, pós-maturação do ciclo de inversões recentes, o peso do Estado subiu de 5,9%, em 2000, para 7,2% em 2003, praticamente empatando tecnicamente na quarta posição no ranking nacional com o Rio de Janeiro, que também ampliou sua contribuição de 6,6% para 7,4% no período em pauta, devido à maturação dos investimentos efetuados pela indústria de refino de petróleo.

Entre os três primeiros colocados em vendas, São Paulo acusou decréscimo de participação de 46,4% para 42,5%, e Minas Gerais e Rio Grande do Sul exprimiram contribuição estável em 10,0% e 8,8%, respectivamente. O sexto posto foi mantido pela Bahia, que elevou sua fatia de 4,5% para 5,1% entre 2000 e 2003, devido à maturação do investimento realizado pela montadora Ford. Ressalte-se o sétimo lugar ocupado pelo Amazonas, por conta do funcionamento da Zona Franca de Manaus, desbancando Santa Catarina em 2003 (tabela 2).

TABELA 2 - BRASIL - DISTRIBUIÇÃO DAS VENDAS INDUSTRIAIS, SEGUNDO PRINCIPAIS UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1996, 2000 e 2003

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PARTICIPAÇÃO %		
	1996	2000	2003
São Paulo	48,9	46,4	42,5
Minas Gerais	9,6	9,9	10,0
Rio Grande do Sul	8,0	8,8	8,8
Rio de Janeiro	7,0	6,6	7,4
Paraná	6,0	5,9	7,2
Bahia	3,1	4,5	5,1
Amazonas	3,5	3,8	4,1
Santa Catarina	4,8	4,2	3,8
Espírito Santo	1,4	1,9	2,0
Goiás	1,2	1,2	1,6
Pará	0,9	1,2	1,5
Pernambuco	1,4	1,2	1,3
Ceará	1,1	1,5	1,3

FONTE: IBGE

\*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor do livro Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização.

Esse substancial avanço observado pelo Paraná derivou do encaixe pleno do Estado na desconcentração esboçada pelo País depois de 1995, determinada pela preferência das empresas em realizar inversões industriais fora do eixo saturado ancorado por São Paulo e privilegiar centros de porte médio e grande no Centro-Sul brasileiro, que desfrutavam de localização privilegiada no interior do macromercado constituído por São Paulo e pelos países do Cone Sul, eram dotados de infra-estrutura adequada e de mão-de-obra qualificada e ofertavam apreciáveis programas de incentivos fiscais, dada a permissividade do anárquico sistema tributário brasileiro.

---

*Ao cumprir com folga os requisitos dos investidores potenciais, o Paraná assumiu papel central nas escolhas locacionais dos novos empreendedores*

---

Por cumprir com folga os requisitos colocados à mesa pelos investidores potenciais, o Paraná acabou assumindo um papel central no processo de tomada de decisão locacional dos novos empreendedores. Com isso, o Estado ingressou numa etapa marcada pela agressiva atração de capitais produtivos em segmentos novos e modernos e pela expansão e modernização dos ramos considerados tradicionais, especialmente aqueles do agronegócio.

O resultado disso foi a constituição do pólo automotivo, incluindo montadoras e fornecedores mundiais, a sofisticação do agronegócio, a ampliação da indústria madeireira e papelreira, a maior inserção na fronteira internacional, notadamente com o Mercosul, e o melhor aproveitamento das vocações e o desenvolvimento das aptidões regionais, sustentados na base infra-estrutural física e científica e tecnológica disponível.

A liderança exercida por atividades de fabricação de óleo diesel e adubos e fertilizantes na área de bens intermediários, de tratores e máquinas agrícolas, na indústria de bens de capital, e de automóveis, no parque de bens de consumo duráveis, corrobora a marcha de profundas alterações quantitativas e qualitativas do setor industrial paranaense.

Em 2003, o faturamento industrial do Paraná representava 9,3% do total nacional em bens de consumo duráveis, liderado por automóveis, 8,2% em bens de capital (tratores e máquinas agrícolas), 7,3% em bens intermediários (diesel e adubos e fertilizantes) e 5,7% em bens de consumo duráveis e semiduráveis. Se, por um lado, esse desempenho traduz modificações estruturais dirigidas à conformação de um parque industrial mais complexo e diversificado, por outro confirma a aglutinação técnica e geográfica da indústria do Estado, determinada pelo esforço produtivo de menos de dez plantas industriais localizadas na Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

No fundo, ao ultrapassar os estreitos limites da conjuntura, as informações da Pesquisa Industrial Anual do IBGE comprovam as enormes oportunidades de crescimento existentes e pulverizadas por todo o Brasil. A otimização dessas forças no Paraná dependeria da resolução de um conjunto de problemas nada desprezíveis, como a forte concentração industrial na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), a reduzida integração local do complexo automotivo, o sumiço de grupos empresariais e marcas regionais, a continuidade da migração campo-cidade, o esfacelamento da retaguarda pública de fomento, a fragilidade fiscal do Estado e a sua reduzida presença e influência política na órbita federal. No entanto, o maior dos constrangimentos repousa na política macroeconômica de juros altos e câmbio baixo, mantida pelo governo federal na contramão da orientação dos países-âncora do crescimento mundial nos últimos anos.

# Emprego formal no Paraná: evolução no período 1996-2004<sup>1</sup>

*Alan Ianke dos Santos, Fernando Henrique Mendes de Lima e Shelbert Braz\**

O presente texto traz uma avaliação sucinta da evolução do emprego formal no Paraná no período 1996-2004, marcado por profundas influências estruturais e conjunturais na dinâmica do mercado de trabalho. O estudo tem como base os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O saldo do emprego formal no Estado atingiu a marca de 248.063 vagas, de 1996 a 2004 (tabela 1), representando 8,01% do total líquido gerado no País. Com isso, o Paraná ocupou a quinta posição entre os estados brasileiros, ficando atrás de São Paulo (22,82%), Minas Gerais (9,75%), Rio de Janeiro (8,36%) e Santa Catarina (8,11%).

O comércio varejista foi a atividade que registrou o maior saldo de contratações, com a criação de 73.228 vagas. Esse resultado decorreu principalmente da expansão das redes de supermercados e hipermercados no Estado, verificada a partir da segunda metade da década de 1990. Adicionalmente, houve forte influência do comércio de vestuário e calçados, associada ao incremento da renda e do crédito.

O segmento de prestação de serviços às empresas totalizou a geração de 32.856 vagas, com destaque para os serviços de segurança e vigilância patrimonial, higienização e limpeza e recrutamento de mão-de-obra, evidenciando a proliferação da terceirização e o agravamento da questão da insegurança no meio urbano.

O ramo educação criou 23.802 vagas, sendo o ensino superior responsável por 55% do total. Tal desempenho derivou do crescimento do número de faculdades e centros universitários no Estado, a partir da implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação, no ano de 1996.

Em confecção de artigos do vestuário, o saldo positivo de 21.343 postos de trabalho refletiu as contratações realizadas pelas indústrias têxteis, comprovando a recuperação do segmento, após a crise acarretada pela intensificação da abertura comercial do País no início dos anos 1990.

O segmento fabricação de alimentos e bebidas registrou 17.151 novos empregos, concentrados na Região Oeste, onde foram criadas 9.194 vagas, em virtude dos investimentos na instalação e ampliação de unidades de abate de aves, principalmente pelas cooperativas.

Também foram gerados 14.245 postos na fabricação de veículos automotores, notadamente na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), por conta das plantas industriais instaladas nos anos 1990.

Em fabricação de produtos de madeira, o saldo acumulado atingiu 13.545 vagas, em face da expansão da produção de madeira compensada para exportação.

Pode-se citar ainda o desempenho das atividades de saúde e serviços sociais e de comércio por atacado, que geraram 17.151 e 12.610 vagas, respectivamente.

Em contraposição, foram registrados saldos negativos em atividades econômicas como a intermediação financeira (-8.882), compreendendo basicamente as atividades bancárias, devido à informatização dos serviços e à conseqüente redução dos quadros funcionais das instituições financeiras.

A agricultura e a pecuária apresentaram decréscimo de 14.025 postos de trabalho, em conseqüência da continuidade do processo de mecanização. Entre as atividades que exibiram resultados negativos, sobressaiu o cultivo da cana-de-açúcar, com queda de 4.116 postos de trabalho.

Por fim, as atividades de construção contabilizaram saldo negativo de 35.767 postos no intervalo, decorrente da escassez de recursos para financiamento e da redução de gastos públicos.

TABELA 1 - SALDO ACUMULADO DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO -1996-2004

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	SALDO ACUMULADO
São Paulo	706 406
Minas Gerais	301 638
Rio de Janeiro	258 697
Santa Catarina	250 910
Paraná	248 063
Rio Grande do Sul	237 849
Bahia	162 667
Goiás	120 480
Ceará	119 433
Demais unidades federativas	689 054
TOTAL BRASIL	3 095 197

FONTE: MTE - Caged

*\*Acadêmicos de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, estagiários do IPARDES.*

TABELA 2 - SALDO ACUMULADO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS - 1996-2004

ATIVIDADES ECONÔMICAS	SALDO ACUMULADO 1996-2004
<b>Melhores resultados</b>	
Com. varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	73 228
Serviços prestados principalmente às empresas	32 856
Educação	23 802
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	21 343
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	17 151
Saúde e serviços sociais	16 765
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	14 245
Fabricação de produtos de madeira	13 545
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	12 610
Fabricação de produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos	10 441
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	9 584
Alojamento e alimentação	9 574
Correio e telecomunicações	7 877
Fabricação de móveis e indústrias diversas	7 596
Fabricação de artigos de borracha e plástico	6 857
Atividades associativas	6 635
Fabricação de produtos químicos	5 985
Fabricação de máquinas e equipamentos	5 784
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	5 638
Transporte terrestre	4 692
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	3 708
Atividades de informática e serviços relacionados	2 884
Edição, impressão e reprodução de gravações	2 861
<b>Piores resultados</b>	
Construção	-35 767
Administração pública, defesa e seguridade social	-21 860
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	-14 025
Intermediação financeira	-8 882
Eletricidade, gás e água quente	-2 766
Atividades recreativas, culturais e desportivas	-1 421
Fabricação de produtos do fumo	-621
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro	-568
Captação, tratamento e distribuição de água	-462
Seguros e previdência complementar	-228
Transporte aquaviário	-203
Extração de petróleo e serviços relacionados	-171
Extração de carvão mineral	-74
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar	-70
<b>TOTAL SALDO</b>	<b>228 543</b>

FONTES: MTE - Caged

## NOTA

<sup>1</sup>Os autores agradecem a colaboração da socióloga Maria José Rossetti, pesquisadora do IPARDES.

# Paraná - Destaques Econômicos\*

*Julio Takeshi Suzuki Júnior\*\*, Alan Ianke dos Santos, Fernando H. Mendes de Lima e Shelbert Braz\*\*\**

## AGROINDÚSTRIA

### Perdigão está investindo R\$ 41 milhões no Complexo de Carambeí

A Perdigão está destinando R\$ 41 milhões à industrialização de carnes de frango, peru, suíno e bovino, com o objetivo de atender principalmente o mercado externo. Estima-se que os investimentos propiciarão a criação de cerca de 470 empregos diretos, além de garantir uma maior integração de produtores à empresa.

JURGENFELD, Vanessa. Perdigão investe R\$ 41 milhões no Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 12 maio 2005. p. B13.

### Cooperativas mantêm planos de investimentos

A trajetória descendente das cotações do dólar, os baixos preços internacionais da soja e a quebra da safra ocasionada pela seca levaram à revisão das projeções de faturamento das cooperativas paranaenses em 2005.

A Coamo, sediada em Campo Mourão, trabalha com uma previsão de faturamento da ordem de R\$ 3,2 bilhões, valor 20% menor que os R\$ 3,9 bilhões registrados em 2004. Mesmo assim, a cooperativa planeja investir, até 2006, R\$ 140 milhões na construção de um armazém em Paranaguá e na instalação de três novas unidades de recebimento de produtos no Estado.

A expectativa de receita da Coopavel, com sede em Cascavel, suplanta o valor contabilizado em 2004. Entretanto, por conta da quebra na safra de grãos e na produção de leite, a projeção de R\$ 770 milhões realizada no início do ano foi revista para R\$ 700 milhões. Ainda assim, estão sendo investidos R\$ 40 milhões na ampliação do abate de aves, que deverá alcançar 240 mil cabeças por dia, e R\$ 3 milhões na melhoria das instalações dos entrepostos.

Já a Cooperativa Agrária Entre Rios, de Guarapuava, com a queda de 12% na safra de grãos, espera um faturamento de R\$ 700 milhões em 2005, 8% menor que os R\$ 758 milhões de 2004. A empresa processa atualmente 120 mil toneladas de malte por ano e estuda a ampliação dessa capacidade. Em situação diferente, a Copacol, de Cafelândia, estima um faturamento de R\$ 715 milhões no atual exercício, ficando 13% acima do resultado

referente ao ano anterior. A Copacol planeja aumentar o abate de frango de 62 milhões para 75 milhões de cabeças ao ano.

ORGIS, Guido. Receita das cooperativas reflete dólar baixo e quebra na safra. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 jun. 2005. p. 22.

## INDÚSTRIA

### Petrobrás investirá US\$ 1,3 bilhão na refinaria Presidente Getúlio Vargas

A Petrobrás investirá, até 2010, US\$ 1,3 bilhão na refinaria Presidente Getúlio Vargas, localizada em Araucária. Os recursos serão destinados à ampliação da produção da refinaria, que passará a processar 35 mil metros cúbicos de petróleo por dia. Outra parte dos investimentos será aplicada na produção do diesel S 500, produto que apresenta teor de enxofre 75% menor que o do diesel usado hoje nas grandes cidades.

Com as obras, é esperada a criação de 4 mil empregos diretos e 13 mil indiretos.

SCHEFFER, Cinthia. Petrobrás investe R\$ 3,6 bilhões no PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 maio 2005. p. 21.

### Argo e Montana investirão 20 milhões de euros em fábrica de tratores

O grupo italiano Argo Spa, quarto maior fabricante mundial de máquinas agrícolas, e a empresa paranaense Montana, fabricante de pulverizadores agrícolas, investirão 20 milhões de euros na instalação de uma fábrica de tratores em São José dos Pinhais.

A nova unidade industrial, que produzirá tratores da marca Landini, começará a operar em março de 2006 e gerará 500 empregos diretos.

SCARAMUZZO, Mônica. Landini e Montana selam união para montar trator. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 maio 2005. Empresas, p. B9.

GRUPO italiano e empresa paranaense se associam para fabricar tratores. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 maio 2005. p. 16.

ORGIS, Guido. Mercado de tratores terá quarto concorrente. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 maio 2005. p. 15.

\*Elaborado com informações disponíveis no período de 1/5/2005 a 30/6/2005.

\*\*Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

\*\*\*Acadêmicos do curso de Economia da UFPR, estagiários do IPARDES.

## Spaipa investe R\$ 70 milhões para ampliar a produção

A fabricante de refrigerantes Spaipa, sediada em Curitiba, está concluindo plano de investimento de R\$ 70 milhões, iniciado em 2003. O objetivo é aumentar a capacidade de produção para 1,4 bilhão de litros por ano. Nessa etapa final, R\$ 17 milhões foram destinados à fábrica de Curitiba, cabendo outros R\$ 25 milhões à unidade de Maringá.

Com um faturamento de R\$ 809 milhões em 2004, a empresa possui três fábricas de refrigerantes, localizadas em Curitiba, Maringá e Marília (SP), uma unidade de produção de água mineral em Bauru (SP), dois centros de distribuição no Paraná (Cascavel e Londrina) e três em São Paulo (Araçatuba, São José do Rio Preto e Regente Feijó).

LIMA, Marli. Spaipa investe R\$ 45 milhões e prevê elevar a produção em 20%. **Valor Econômico**, São Paulo, 30 maio 2005. Empresas, p. B8.

GASPARIN, Mirian. Spaipa conclui investimento de R\$ 70 milhões este ano. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 jun. 2005. p. 16.

## COMÉRCIO

### Grupo catarinense anuncia investimento de R\$ 17 milhões no Paraná

O Grupo Salfer, que atua no segmento de móveis e eletrodomésticos, anunciou investimento de R\$ 17 milhões no Paraná, como parte do projeto de expansão

da rede. De acordo com a direção do grupo catarinense, o projeto engloba a abertura de nove lojas, que atenderão cidades do interior do Estado. As novas unidades estão sendo instaladas em Cambé, Castro, Campo Mourão, Londrina, Apucarana, Maringá, Cianorte, Araçongas e Paranavaí. No ano passado, o faturamento da rede atingiu a cifra de R\$ 228 milhões.

IORE, Andye. Grupo catarinense abre mais nove lojas populares no PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2 jun. 2005. p. 24.

## COMÉRCIO EXTERIOR

### Exportações de veículos cresceram 173%

De acordo com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), foram exportados 47 mil veículos pelo Porto de Paranaguá nos cinco primeiros meses deste ano. Com isso, houve aumento de 173% em relação ao mesmo período do ano passado, garantindo receitas cambiais de US\$ 386 milhões.

De acordo com a APPA, as exportações de veículos pelo porto deverão continuar em ascensão, levando em conta os contratos de transporte firmados pela Volkswagen. Neste ano, a multinacional alemã poderá exportar 104 mil automóveis por meio da estrutura portuária de Paranaguá.

NO porto, recorde no embarque de veículos. **Folha de Londrina**, 15 jun. 2005. Folha Economia. p. 3.

# ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2005

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005 <sup>(1)</sup>	58 331	81 764	1 402	63 286	148 751	2 350	27 200	548 487	20 165

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005 <sup>(1)</sup>	108 085	87 678	811	413 910	32 719 236	79 049	55 140	182 538	3 310

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2005

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005 <sup>(1)</sup>	425 267	527 238	1 240	205 079	4 091 033	19 949	1 977 290	8 459 496	4 278

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 350 196	2 978 109	2 206
2005 <sup>(1)</sup>	539	1 158	2 148	4 132 552	9 475 000	2 293	1 273 906	2 988 189	2 346

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2005

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Dezembro	118 106	23 322	25 048
1998	854 517	236 358	193 435	2004 <sup>(1)</sup>	1 557 747	276 806	340 568
1999	957 237	198 873	229 466	Janeiro	121 181	18 728	27 006
2000	1 041 412	181 113	235 315	Fevereiro	110 707	17 839	26 296
2001	1 121 828	197 985	263 451	Março	130 714	21 834	29 479
2002	1 235 681	219 350	333 951	Abril	127 224	21 885	27 522
2003	1 344 398	219 774	359 139	Maio	129 493	23 624	29 508
Janeiro	109 999	15 544	31 393	Junho	130 170	26 308	29 841
Fevereiro	98 465	15 161	28 084	Julho	138 452	22 128	30 029
Março	99 991	16 155	29 054	Agosto	132 983	22 417	28 961
Abril	101 153	17 152	29 714	Setembro	134 141	25 930	28 795
Maio	112 623	17 422	30 246	Outubro	133 126	26 809	26 859
Junho	103 349	15 244	29 913	Novembro	130 394	26 870	28 165
Julho	120 730	15 638	32 243	Dezembro	139 160	22 435	28 106
Agosto	115 940	17 616	30 363	2005 <sup>(1)</sup>	408 205	64 112	81 527
Setembro	121 156	20 834	30 928	Janeiro	138 408	18 246	27 016
Outubro	127 530	24 920	33 913	Fevereiro	128 063	19 364	25 759
Novembro	115 356	20 766	28 242	Março	141 733	26 502	28 752

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976 - MAIO 2005

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	Março	247	776
1977	1 356	8 826	Abril	129	956
1978	1 614	9 636	Maio	192	1 040
1979	1 635	12 575	Junho	196	929
1980	1 936	13 482	Julho	220	1 084
1981	1 954	14 105	Agosto	317	1 126
1982	1 179	6 606	Setembro	324	1 063
1983	1 079	3 345	Outubro	395	867
1984	1 748	7 921	Novembro	347	886
1985	2 167	9 728	Dezembro	287	510
1986	2 029	10 588	2004	3 147	10 619
1987	2 121	9 479	Janeiro	198	440
1988	1 567	8 847	Fevereiro	408	694
1989	1 386	6 189	Março	399	896
1990	885	4 111	Abril	227	766
1991	584	2 677	Maio	228	795
1992	593	2 893	Junho	213	942
1993	1 038	4 475	Julho	162	1 182
1994	1 707	9 011	Agosto	242	1 175
1995	859	5 095	Setembro	214	1 004
1996	897	4 180	Outubro	301	1 047
1997	1 296	6 062	Novembro	265	931
1998	1 380	6 025	Dezembro	290	747
1999	1 351	4 854	2005	321	3 046
2000	1 692	6 251	Janeiro	60	246
2001	2 046	8 307	Fevereiro	118	627
2002	2 448	9 752	Março	90	738
2003	3 112	10 449	Abril	34	749
Janeiro	220	478	Maio	19	686
Fevereiro	238	734			

FONTES: Anfavea, New Holland Latino-Americana Ltda.

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2004

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004 <sup>(1)</sup>	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2003-2004

BLOCOS ECONÔMICOS/ REGIÕES	PARANÁ					BRASIL					PART. PR/BR	
	2004		2003		Variação (%)	2004		2003		Variação (%)	2004 (%)	2003 (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)		US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
EXPORTAÇÃO	9 396 534	100,00	7 153 235	100,00	31,36	96 475 220	100,00	73 084 140	100,00	32,01	9,74	9,79
União Européia	2 676 718	28,49	2 148 900	30,04	22,21	24 160 225	25,04	18 461 013	25,26	30,87	11,08	11,64
Ásia (excl. Oriente Médio)	1 857 534	19,77	1 476 765	20,64	25,78	14 563 861	15,10	11 676 286	15,98	24,73	12,75	12,65
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	1 288 856	13,72	1 044 913	14,61	20,09	20 341 274	21,08	16 900 223	23,12	20,36	6,34	6,18
Oriente Médio	843 999	8,98	603 960	8,44	41,09	3 687 155	3,82	2 805 864	3,84	31,41	22,89	21,52
Mercosul	830 011	8,83	500 482	7,00	65,84	8 912 111	9,24	5 671 853	7,76	57,13	9,31	8,82
Europa Oriental	369 101	3,93	337 420	4,72	17,34	2 487 768	2,58	2 028 260	2,78	22,66	14,84	16,64
África	330 249	3,51	275 943	3,86	19,68	4 244 927	4,40	2 860 142	3,91	48,42	7,78	9,65
Outros <sup>(1)</sup>	1 200 065	12,77	764 851	10,69	65,80	18 077 899	18,74	12 680 499	17,35	42,56	6,64	6,03
IMPORTAÇÃO	4 026 148	100,00	3 486 062	100,00	15,49	62 789 913	100,00	48 291 040	100,00	30,02	6,41	7,22
União Européia	1 457 077	36,19	1 266 078	36,32	15,09	15 920 303	25,35	13 021 805	26,97	22,26	9,15	9,72
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	537 947	13,36	439 786	12,62	22,32	11 510 927	18,33	9 726 104	20,14	18,35	4,67	4,52
Ásia (excl. Oriente Médio)	457 973	11,37	317 890	9,12	44,07	12 278 857	19,56	8 922 678	18,48	37,61	3,73	3,56
Mercosul	442 765	11,00	564 036	16,18	-21,50	6 392 897	10,18	5 684 756	11,77	12,46	6,93	9,92
África	407 563	10,12	369 421	10,60	10,32	6 182 706	9,85	3 277 529	6,79	88,64	6,59	11,27
Europa Oriental	271 064	6,73	181 828	5,22	49,08	1 324 049	2,11	852 596	1,77	55,30	20,47	21,33
Oriente Médio	119 988	2,98	78 568	2,25	52,72	2 303 954	3,67	1 619 163	3,35	42,29	5,21	4,85
Outros <sup>(1)</sup>	331 771	8,24	268 455	7,70	23,59	6 876 220	10,95	5 186 409	10,74	32,58	4,82	5,18

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Inclui provisão de navios e aeronaves.

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-MAIO 2004-2005

continua

GRUPO / SUBGRUPO	2005		2004		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Complexo soja	907 807 902	23,91	901 157 672	27,78	0,74
Soja em grão	401 639 771	10,58	375 099 782	11,56	7,08
Farelo de soja	338 606 295	8,92	335 398 241	10,34	0,96
Óleo de soja bruto	114 588 405	3,02	157 358 640	4,85	-27,18
Óleo de soja refinado	52 973 431	1,39	31 249 116	0,96	69,52
Óleo de soja, exceto óleo bruto ou refinado	-	-	2 051 893	0,06	-100,00
Material de transporte e componentes	873 820 153	23,01	521 661 885	16,08	67,51
Automóveis	415 384 223	10,94	199 418 100	6,15	108,30
Motores para veículos	226 131 250	5,95	186 954 477	5,76	20,96
Tratores	72 869 942	1,92	57 574 382	1,78	26,57
Veículos de carga	68 769 375	1,81	20 929 392	0,65	228,58
Autopeças	47 000 691	1,24	40 701 167	1,25	15,48
Ônibus	24 469 415	0,64	4 701 652	0,14	420,44
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	16 752 088	0,44	8 349 377	0,26	100,64
Helicópteros	904 339	0,02	650 968	0,02	38,92
Reboques para transporte de mercadorias	182 163	-	473 435	0,01	-61,52
Pneumáticos e câmaras de ar	110 473	-	279 560	0,01	-60,48
Trens e materiais para vias férreas	19 716	-	79 900	-	-75,32
Motores e turbinas para aviação	161	-	221	-	-27,15
Motocicletas	-	-	2 200	-	-100,00
Demais materiais de transporte	1 226 317	0,03	1 547 054	0,05	-20,73
Madeiras e manufaturas de madeira	471 955 940	12,43	417 819 604	12,88	12,96
Madeira compensada ou contraplacada	211 362 452	5,57	210 068 326	6,48	0,62
Madeira serrada	91 982 936	2,42	66 084 812	2,04	39,19
Obras de marcenaria ou de carpintaria	47 629 426	1,25	35 976 208	1,11	32,39
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	32 502 015	0,86	30 455 147	0,94	6,72
Madeira laminada	9 604 399	0,25	7 590 460	0,23	26,53
Demais madeiras e manufaturas de madeira	78 874 712	2,08	67 644 651	2,09	16,60
Carnes	437 395 951	11,52	338 640 212	10,44	29,16
Carne de frango "in natura"	314 204 053	8,27	233 245 427	7,19	34,71
Carne suína "in natura"	52 260 480	1,38	32 767 412	1,01	59,49
Carne bovina "in natura"	33 213 037	0,87	37 989 697	1,17	-12,57
Carne de peru "in natura"	26 323 598	0,69	20 948 709	0,65	25,66
Carne de frango industrializada	1 964 002	0,05	1 718 472	0,05	14,29
Carne bovina industrializada	256 255	0,01	237 753	0,01	7,78
Demais carnes	9 174 526	0,24	11 732 742	0,36	-21,80
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	222 853 087	5,87	161 673 057	4,98	37,84
Compressores e bombas	89 267 805	2,35	53 461 570	1,65	66,98
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	32 853 072	0,87	41 407 987	1,28	-20,66
Refrigeradores e congeladores	28 545 482	0,75	23 724 762	0,73	20,32
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	9 592 818	0,25	8 247 399	0,25	16,31
Rolamentos e engrenagens	9 559 360	0,25	6 892 776	0,21	38,69
Torneiras e válvulas	5 784 880	0,15	3 550 609	0,11	62,93
Aparelhos de ar-condicionado	4 571 290	0,12	2 576 164	0,08	77,45
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	1 971 430	0,05	1 354 681	0,04	45,53
Computadores e acessórios	557 469	0,01	946 935	0,03	-41,13
Aparelhos para filtrar ou depurar	538 835	0,01	988 194	0,03	-45,47
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	168 356	-	125 001	-	34,68
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	165 219	-	187 807	0,01	-12,03
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	42	-	74 764	-	-99,94
Máquinas de costura	-	-	2 182	-	-100,00
Laminadores de metais	-	-	3 923	-	-100,00
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	39 277 029	1,03	18 128 303	0,56	116,66

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-MAIO 2004-2005

GRUPO / SUBGRUPO					conclusão
	2005		2004		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Produtos metalúrgicos	122 191 946	3,22	53 239 605	1,64	129,51
Produtos laminados planos de ferro ou aço	34 007 058	0,90	12 430 847	0,38	173,57
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	33 679 376	0,89	25 840 067	0,80	30,34
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	4 297 928	0,11	3 015 002	0,09	42,55
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	1 949 650	0,05	2 106 702	0,06	-7,45
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	206 369	0,01	1 130 847	0,03	-81,75
Ferro fundido bruto e ferro "spiegel" (ferro gusa)	3 046	-	-	-	-
Demais produtos metalúrgicos	48 048 519	1,27	8 716 140	0,27	451,26
Papel e celulose	100 160 315	2,64	88 066 466	2,72	13,73
Papel	99 797 822	2,63	88 061 489	2,71	13,33
Celulose	362 493	0,01	4 977	-	7 183,36
Café	86 361 047	2,27	73 880 908	2,28	16,89
Café solúvel	57 852 541	1,52	49 665 735	1,53	16,48
Café cru em grão	28 508 506	0,75	24 215 173	0,75	17,73
Materiais elétricos e eletrônicos	82 859 578	2,18	70 274 461	2,17	17,91
Aparelhos elétricos para telefonia	48 001 065	1,26	45 983 760	1,42	4,39
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	16 041 096	0,42	12 400 104	0,38	29,36
Aparelhos transmissores e receptores	7 652 734	0,20	2 766 144	0,09	176,66
Geradores e transformadores, elétricos	2 881 297	0,08	3 890 491	0,12	-25,94
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	2 283 460	0,06	1 829 378	0,06	24,82
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	1 710 037	0,05	1 017 016	0,03	68,14
Demais materiais elétricos e eletrônicos	4 289 889	0,11	2 387 568	0,07	79,68
Produtos químicos	75 049 471	1,98	63 560 254	1,96	18,08
Plásticos e suas obras	19 341 099	0,51	13 816 724	0,43	39,98
Produtos químicos orgânicos	13 288 739	0,35	8 772 718	0,27	51,48
Adubos e fertilizantes	13 117 860	0,35	17 450 210	0,54	-24,83
Produtos químicos inorgânicos	6 432 059	0,17	4 541 955	0,14	41,61
Óleos essenciais e resinóides	3 483 288	0,09	1 634 034	0,05	113,17
Produtos farmacêuticos	964 798	0,03	547 469	0,02	76,23
Extratos tanantes e tintoriais	828 854	0,02	664 833	0,02	24,67
Demais produtos químicos	17 592 774	0,46	16 132 311	0,50	9,05
Açúcar	72 498 397	1,91	29 817 497	0,92	143,14
Açúcar bruto	70 320 003	1,85	24 857 776	0,77	182,89
Açúcar refinado	2 178 394	0,06	4 959 721	0,15	-56,08
Cereais	61 192 058	1,61	275 843 537	8,50	-77,82
Derivados de petróleo	56 919 123	1,50	51 049 319	1,57	11,50
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	45 477 511	1,20	41 108 620	1,27	10,63
Óleos e combustíveis	9 891 823	0,26	8 116 556	0,25	21,87
Óleos lubrificantes	863 035	0,02	610 822	0,02	41,29
Gasolina	-	-	15	-	-
Demais derivados de petróleo	686 754	0,02	1 213 306	0,04	-43,40
Produtos têxteis	37 437 784	0,99	36 671 336	1,13	2,09
Fios de seda	8 595 761	0,23	12 553 340	0,39	-31,53
Confecções	3 951 408	0,10	6 557 361	0,20	-39,74
Fios sintéticos ou artificiais	1 598 494	0,04	915 905	0,03	74,53
Fios de algodão	1 591 435	0,04	2 993 931	0,09	-46,84
Tecidos de algodão	349 044	0,01	31 446	-	1 009,98
Sisal em fibras, cordas e cabos	1 838	-	-	-	-
Demais produtos têxteis	21 349 804	0,56	13 619 353	0,42	56,76
Outros grupos de produtos	188 947 770	4,98	160 259 176	4,94	17,90
TOTAL	3 797 450 522	100,00	3 243 614 989	100,00	17,07

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-MAIO 2004-2005

continua

GRUPO / SUBGRUPO	2005		2004		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Material de transporte e componentes	423 426 195	21,14	260 516 624	19,15	62,53
Autopeças	221 829 962	11,08	154 487 417	11,35	43,59
Motores para veículos	141 915 333	7,09	65 659 317	4,83	116,14
Pneumáticos e câmaras de ar	17 847 998	0,89	6 377 446	0,47	179,86
Automóveis	17 206 383	0,86	14 156 531	1,04	21,54
Helicópteros	8 942 964	0,45	4 017 821	0,30	122,58
Veículos de carga	3 038 962	0,15	2 484 978	0,18	22,29
Tratores	650 587	0,03	652 000	0,05	-0,22
Motores e turbinas para aviação	296 269	0,01	158 282	0,01	87,18
Partes e peças de aviões e helicópteros	192 494	0,01	300 312	0,02	-35,90
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	172 835	0,01	516 588	0,04	-66,54
Trens e materiais para vias férreas	71 029	-	698 129	0,05	-89,83
Aviões	36 000	-	2 796 680	0,21	-98,71
Demais materiais de transporte	11 225 379	0,56	8 211 123	0,60	36,71
Derivados de petróleo	380 157 265	18,98	74 597 124	5,48	409,61
Óleos brutos de petróleo	374 583 357	18,70	43 641 679	3,21	758,32
Óleos lubrificantes	193 834	0,01	231 761	0,02	-16,36
Gasolina	-	-	2 763 133	0,20	-100,00
Óleos e combustíveis	-	-	26 457 379	1,94	-100,00
Demais derivados de petróleo	5 380 074	0,27	1 503 172	0,11	257,91
Produtos químicos	310 993 675	15,53	336 315 686	24,72	-7,53
Adubos e fertilizantes	120 591 266	6,02	179 716 796	13,21	-32,90
Produtos químicos orgânicos	81 498 417	4,07	75 802 327	5,57	7,51
Plásticos e suas obras	56 020 903	2,80	43 899 360	3,23	27,61
Produtos farmacêuticos	10 927 456	0,55	6 669 024	0,49	63,85
Extratos tanantes e tintoriais	7 302 706	0,36	5 430 446	0,40	34,48
Produtos químicos inorgânicos	5 553 467	0,28	6 966 327	0,51	-20,28
Óleos essenciais e resinóides	1 937 219	0,10	1 980 383	0,15	-2,18
Produtos para fotografia	747 520	0,04	737 270	0,05	1,39
Demais produtos químicos	26 414 721	1,32	15 113 753	1,11	74,77
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	276 456 653	13,80	185 211 795	13,61	49,27
Compressores e bombas	67 884 315	3,39	45 611 556	3,35	48,83
Rolamentos e engrenagens	40 208 639	2,01	25 644 114	1,88	56,79
Computadores e acessórios	21 611 331	1,08	6 588 991	0,48	227,99
Torneiras e válvulas	16 088 264	0,80	12 001 368	0,88	34,05
Aparelhos de ar-condicionado	14 302 159	0,71	9 343 722	0,69	53,07
Aparelhos para filtrar ou depurar	9 672 398	0,48	8 789 655	0,65	10,04
Refrigeradores e congeladores	7 726 750	0,39	3 798 871	0,28	103,40
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	6 576 933	0,33	7 978 002	0,59	-17,56
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	5 472 358	0,27	2 234 772	0,16	144,87
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	4 493 003	0,22	3 512 120	0,26	27,93
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	1 776 702	0,09	780 925	0,06	127,51
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	832 776	0,04	404	-	-
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	674 201	0,03	136 827	0,01	392,74
Máquinas de costura	210 987	0,01	179 215	0,01	17,73
Laminadores de metais	65 149	-	39 722	-	64,01
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	78 860 688	3,94	58 571 531	4,30	34,64

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-MAIO 2004-2005

conclusão

GRUPO / SUBGRUPO	2005		2004		Var. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Materiais elétricos e eletrônicos	167 022 345	8,34	141 894 707	10,43	17,71
Aparelhos transmissores e receptores	26 183 702	1,31	32 006 439	2,35	-18,19
Geradores e transformadores, elétricos	20 658 644	1,03	12 156 474	0,89	69,94
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	18 966 875	0,95	16 127 416	1,19	17,61
Aparelhos elétricos para telefonia	16 788 978	0,84	18 688 817	1,37	-10,17
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	6 557 550	0,33	5 208 706	0,38	25,90
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	1 107 607	0,06	2 117 103	0,16	-47,68
Demais materiais elétricos e eletrônicos	76 758 989	3,83	55 589 752	4,09	38,08
Produtos metalúrgicos	60 729 681	3,03	47 049 978	3,46	29,07
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	4 487 521	0,22	3 594 975	0,26	24,83
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	2 821 144	0,14	2 089 609	0,15	35,01
Catodos de cobre	2 432 762	0,12	-	-	-
Ligas de alumínio	1 807 929	0,09	-	-	-
Produtos laminados planos de ferro ou aço	1 585 520	0,08	3 098 742	0,23	-48,83
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	268 265	0,01	134 674	0,01	99,20
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	166 509	0,01	100 800	0,01	65,19
Ferro-ligas	-	-	280 966	0,02	-100,00
Demais produtos metalúrgicos	47 160 031	2,35	37 750 212	2,77	24,93
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	59 372 395	2,96	41 519 422	3,05	43,00
Papel e celulose	41 558 318	2,07	35 953 628	2,64	15,59
Celulose	23 156 842	1,16	15 603 794	1,15	48,41
Papel	18 401 476	0,92	20 349 834	1,50	-9,57
Complexo soja	33 076 736	1,65	32 975 267	2,42	0,31
Soja em grão	32 861 140	1,64	30 340 667	2,23	8,31
Farelo de soja	215 355	0,01	2 634 600	0,19	-91,83
Óleo de soja, exceto óleo bruto ou refinado	241	-	-	-	-
Cereais	24 562 738	1,23	25 223 566	1,85	-2,62
Produtos têxteis	22 954 226	1,15	33 823 510	2,49	-32,14
Confecções	13 889 079	0,69	16 330 999	1,20	-14,95
Fios sintéticos ou artificiais	4 190 039	0,21	5 716 074	0,42	-26,70
Tecidos de algodão	54 604	-	27 255	-	100,34
Sisal em fibras, cordas e cabos	1 308	-	222	-	489,19
Fios de algodão	292	-	-	-	-
Demais produtos têxteis	4 818 904	0,24	11 748 960	0,86	-58,98
Carnes	15 504 102	0,77	3 112 417	0,23	398,14
Carne bovina "in natura"	15 284 253	0,76	3 108 433	0,23	391,70
Carne bovina industrializada	138 999	0,01	-	-	-
Carne de frango "in natura"	-	-	3 984	-	-100,00
Demais carnes	80 850	-	-	-	-
Madeiras e manufaturas de madeira	13 670 666	0,68	10 797 543	0,79	26,61
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	9 477 888	0,47	8 455 217	0,62	12,10
Madeira serrada	1 749 611	0,09	1 057 390	0,08	65,47
Madeira laminada	1 340 367	0,07	883 008	0,06	51,80
Madeira compensada ou contraplacada	69 351	-	12 035	-	476,24
Obras de marcenaria ou de carpintaria	425	-	101	-	320,79
Demais madeiras e manufaturas de madeira	1 033 024	0,05	389 792	0,03	165,02
Móveis e mobiliário médico-cirúrgico	12 994 965	0,65	13 240 021	0,97	-1,85
Outros grupos de produtos	160 370 646	8,01	118 363 357	8,70	35,49
TOTAL	2 002 850 606	100,00	1 360 594 645	100,00	47,20

FONTE: MDIC/SECEX

Nota: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 8 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2005

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 532	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 800	2 366 386	60 361 786	47 236 751	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 062	3 667 173	73 084 140	48 291 040	24 793 100
Janeiro	415 305	231 860	183 445	4 805 211	3 650 242	1 154 969
Fevereiro	405 642	230 993	174 649	5 001 174	3 888 729	1 112 445
Março	530 027	268 307	261 720	5 238 699	3 702 307	1 536 392
Abril	657 474	289 699	367 774	5 710 491	3 988 832	1 721 659
Maio	716 000	269 692	446 307	6 372 184	3 854 472	2 517 712
Junho	630 768	286 868	343 900	5 874 570	3 520 860	2 353 710
Julho	562 814	338 645	224 169	6 104 456	4 049 093	2 055 363
Agosto	830 396	288 783	541 613	6 403 412	3 730 821	2 672 591
Setembro	668 309	320 715	347 594	7 280 148	4 615 865	2 664 283
Outubro	662 857	324 283	338 574	7 565 644	5 030 027	2 535 617
Novembro	519 165	371 923	147 242	5 980 003	4 262 415	1 717 588
Dezembro	554 477	264 293	290 185	6 748 148	3 997 377	2 750 771
2004 <sup>(1)</sup>	9 396 534	4 026 147	5 370 386	96 475 220	62 789 913	33 685 307
Janeiro	507 086	248 412	258 674	5 799 645	4 214 037	1 585 607
Fevereiro	520 516	258 263	262 253	5 721 636	3 752 181	1 969 455
Março	798 144	307 242	490 902	7 926 995	5 344 400	2 582 594
Abril	584 912	257 448	327 463	6 589 499	4 630 089	1 959 409
Maio	832 956	289 296	543 660	7 941 178	4 823 509	3 117 669
Junho	1 484 571	457 224	1 027 347	9 327 515	5 527 117	3 800 397
Julho	881 370	376 206	505 164	8 992 426	5 525 158	3 467 268
Agosto	933 007	388 300	544 707	9 056 464	5 620 947	3 435 517
Setembro	845 966	359 464	486 502	8 922 690	5 751 246	3 171 444
Outubro	715 477	369 013	346 464	8 843 387	5 838 040	3 005 369
Novembro	642 846	312 102	330 744	8 159 287	6 078 801	2 080 464
Dezembro	649 682	403 177	246 505	9 194 498	5 684 386	3 510 112
2005 <sup>(1)</sup>	3 797 451	2 002 851	1 794 600	43 471 109	27 831 422	15 639 687
Janeiro	536 298	397 869	138 429	7 444 140	5 260 075	2 184 065
Fevereiro	601 990	360 760	241 230	7 756 287	4 971 776	2 784 512
Março	858 948	428 743	430 205	9 250 704	5 904 664	3 346 040
Abril	897 861	372 561	525 301	9 201 536	5 328 113	3 873 423
Maio	902 353	442 917	459 436	9 818 442	6 366 795	3 451 647

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 9 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999 - MAIO 2005

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Janeiro	1,72
2000	6,23	Fevereiro	0,48
2001	5,90	Março	0,48
2002	12,02	Abril	1,44
2003	6,46	Maio	1,09
Janeiro	1,88	Junho	1,27
Fevereiro	0,61	Julho	0,70
Março	1,19	Agosto	0,87
Abril	0,87	Setembro	0,04
Maio	0,51	Outubro	0,60
Junho	-0,11	Novembro	0,48
Julho	0,06	Dezembro	0,79
Agosto	0,43	2005	2,72
Setembro	0,43	Janeiro	0,52
Outubro	0,26	Fevereiro	0,02
Novembro	0,21	Março	0,66
Dezembro	-0,05	Abril	1,14
2004	10,40	Maio	0,38

FONTE: IPARDES

TABELA 10 - PRINCIPAIS ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS - 1980-2005

PERÍODO	VARIACÃO (%)				
	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPA-DI	INCC
1980	99,25	110,23	...	121,36	113,03
1981	95,62	95,20	...	94,28	86,12
1982	104,80	99,73	...	97,71	108,00
1983	164,01	211,02	...	234,04	148,91
1984	215,26	223,81	...	230,28	213,35
1985	242,23	235,13	...	225,77	283,63
1986	79,66	65,04	...	62,55	81,25
1987	363,41	415,95	...	407,25	416,58
1988	980,21	1 037,53	...	1 050,15	1 060,42
1989	1 972,91	1 782,85	...	1 748,91	2 022,58
1990	1 620,97	1 476,71	1 699,87	1 449,59	1 095,42
1991	472,70	480,23	458,38	471,67	486,30
1992	1 119,10	1 157,84	1 174,67	1 154,31	1 194,59
1993	2 477,15	2 708,17	2 567,34	2 639,47	2 763,41
1994	916,46	1 093,85	1 246,62	1 029,37	1 029,77
1995	22,41	14,77	15,24	6,38	31,48
1996	9,56	9,33	9,19	8,10	9,56
1997	5,22	7,48	7,74	7,80	6,81
1998	1,66	1,71	1,79	1,50	2,76
1999	8,94	19,99	20,10	28,88	9,20
2000	5,97	9,80	9,95	12,06	7,66
2001	7,67	10,40	10,37	11,88	8,85
2002	12,53	26,41	25,30	35,41	12,87
2003	9,30	7,66	8,69	6,27	14,42
Janeiro	2,25	2,17	2,33	2,21	1,51
Fevereiro	1,57	1,59	2,28	1,71	1,39
Março	1,23	1,66	1,53	1,93	1,38
Abril	0,97	0,41	0,92	0,07	0,90
Maio	0,61	-0,67	-0,26	-1,68	2,84
Junho	-0,15	-0,70	-1,00	-1,16	1,05
Julho	0,20	-0,20	-0,42	-0,59	0,99
Agosto	0,34	0,62	0,38	0,7	1,44
Setembro	0,78	1,05	1,18	1,29	0,22
Outubro	0,29	0,44	0,38	0,5	0,65
Novembro	0,34	0,48	0,49	0,46	1,04
Dezembro	0,52	0,60	0,61	0,74	0,16
2004	7,60	12,13	12,42	14,68	11,04
Janeiro	0,76	0,80	0,88	0,75	0,33
Fevereiro	0,61	1,08	0,69	1,42	1,00
Março	0,47	0,93	1,13	1,09	1,16
Abril	0,37	1,15	1,21	1,57	0,59
Maio	0,51	1,46	1,31	1,71	1,83
Junho	0,71	1,29	1,38	1,57	0,70
Julho	0,91	1,14	1,31	1,35	1,12
Agosto	0,69	1,31	1,22	1,59	0,81
Setembro	0,33	0,48	0,69	0,65	0,58
Outubro	0,44	0,53	0,39	0,61	1,19
Novembro	0,69	0,82	0,82	1,00	0,71
Dezembro	0,86	0,52	0,74	0,48	0,51
2005	3,18	1,99	2,20	0,95	4,75
Janeiro	0,58	0,33	0,39	0,08	0,75
Fevereiro	0,59	0,40	0,30	0,39	0,44
Março	0,61	0,99	0,85	1,14	0,67
Abril	0,87	0,51	0,86	0,33	0,72
Maio	0,49	-0,25	-0,22	-0,98	2,09

FONTES: IBGE, FGV

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982 - MAIO 2005

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
2003	4 381 518	2 428 812	1,80	7 233 321	49 062	147,43	2 863 582	257 408	11,12	1 249 719	321 491	3,89
Janeiro	386 855	2 376 132	0,16	577 086	46 511	12,41	242 493	252 399	0,96	107 699	314 801	0,34
Fevereiro	370 475	2 369 600	0,16	593 402	46 326	12,81	246 521	251 170	0,98	111 083	315 234	0,35
Março	359 105	2 381 021	0,15	577 534	46 481	12,43	250 746	252 072	0,99	108 661	312 328	0,35
Abril	370 430	2 390 008	0,15	602 993	46 824	12,88	251 285	252 375	1,00	105 646	312 203	0,34
Maio	355 220	2 386 387	0,15	579 076	46 982	12,33	225 974	252 276	0,90	103 019	316 208	0,33
Junho	361 990	2 396 760	0,15	604 812	47 297	12,79	224 627	253 212	0,89	99 301	318 503	0,31
Julho	356 125	2 404 571	0,15	608 305	47 621	12,77	219 125	253 921	0,86	98 996	318 552	0,31
Agosto	362 601	2 407 322	0,15	611 374	47 936	12,75	233 287	254 679	0,92	100 064	319 998	0,31
Setembro	364 246	2 410 226	0,15	618 597	48 240	12,82	234 127	255 096	0,92	100 865	319 574	0,32
Outubro	362 314	2 416 767	0,15	612 457	48 629	12,59	238 260	255 901	0,93	102 151	319 772	0,32
Novembro	369 573	2 422 467	0,15	626 599	48 883	12,82	247 215	256 855	0,96	105 899	321 102	0,33
Dezembro	362 584	2 428 812	0,15	608 026	49 062	12,39	249 922	257 408	0,97	106 335	321 491	0,33
2004	4 466 727	2 495 584	1,79	7 129 565	50 032	142,50	3 024 575	266 491	11,35	1 320 089	327 097	4,04
Janeiro	378 173	2 436 535	0,16	556 424	49 115	11,33	251 488	257 436	0,98	110 405	322 033	0,34
Fevereiro	378 806	2 441 103	0,16	581 142	49 179	11,82	263 675	257 437	1,02	118 227	322 364	0,37
Março	365 117	2 445 571	0,15	589 574	49 345	11,95	261 910	258 194	1,01	119 872	322 878	0,37
Abril	377 794	2 451 304	0,15	603 454	49 759	12,13	269 830	259 650	1,04	117 588	323 690	0,36
Maio	365 111	2 453 748	0,15	578 101	49 964	11,57	241 660	260 281	0,93	112 623	324 302	0,35
Junho	370 141	2 458 544	0,15	593 255	50 157	11,83	233 695	261 150	0,89	102 731	324 615	0,32
Julho	363 418	2 455 485	0,15	600 371	50 216	11,96	233 007	261 561	0,89	100 732	324 974	0,31
Agosto	368 545	2 468 684	0,15	616 482	49 779	12,38	244 185	263 057	0,93	101 817	325 284	0,31
Setembro	382 677	2 477 008	0,15	616 255	49 703	12,40	259 088	264 163	0,98	106 481	325 893	0,33
Outubro	372 551	2 482 875	0,15	592 172	49 928	11,86	250 273	264 990	0,94	110 266	326 189	0,34
Novembro	373 048	2 490 152	0,15	607 097	50 097	12,12	252 911	265 977	0,95	109 395	326 535	0,34
Dezembro	371 345	2 495 584	0,15	595 238	50 032	11,90	262 853	266 491	0,99	109 951	327 097	0,34
2005												
Janeiro	394 956	2 504 352	0,16	537 608	50 057	10,74	267 640	266 845	1,00	115 872	327 474	0,35
Fevereiro	386 716	2 511 715	0,15	585 022	49 647	11,78	270 417	267 203	1,01	121 246	327 396	0,37
Março	378 044	2 517 373	0,15	604 655	49 712	12,16	283 059	267 366	1,06	125 569	327 773	0,38
Abril	401 834	2 524 113	0,16	544 947	50 058	10,89	296 922	268 038	1,11	128 731	328 270	0,39
Maio	382 122	2 526 452	0,15	524 267	50 792	10,32	264 386	269 504	0,98	119 911	326 887	0,37

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982 - MAIO 2005

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
2003	671 510	5 208	128,94	542 456	3 553	152,68	19 608	580	33,81	16 961 714	3 066 114	5,53
Janeiro	55 670	4 411	12,62	46 845	3 490	13,42	1 721	584	2,95	1 418 369	2 998 328	0,47
Fevereiro	55 755	4 412	12,64	46 587	3 476	13,40	1 665	580	2,87	1 425 488	2 990 798	0,48
Março	55 417	4 439	12,48	43 710	3 482	12,55	1 659	583	2,85	1 396 831	3 000 406	0,47
Abril	55 689	4 463	12,48	45 571	3 461	13,17	1 689	581	2,91	1 433 303	3 009 915	0,48
Maió	55 795	4 497	12,41	44 310	3 469	12,77	1 558	581	2,68	1 364 952	3 010 400	0,45
Junho	55 811	4 517	12,36	44 738	3 487	12,83	1 496	583	2,57	1 392 775	3 024 359	0,46
Julho	56 182	4 540	12,37	44 003	3 492	12,60	1 529	584	2,62	1 384 265	3 033 281	0,46
Agosto	56 119	4 778	11,75	45 013	3 490	12,90	1 565	581	2,69	1 410 023	3 038 784	0,46
Setembro	56 270	4 881	11,53	44 473	3 533	12,59	1 557	580	2,68	1 420 135	3 042 130	0,47
Outubro	56 307	4 961	11,35	45 979	3 555	12,93	1 627	579	2,81	1 419 095	3 050 164	0,47
Novembro	56 196	5 175	10,86	46 560	3 550	13,12	1 797	581	3,09	1 453 839	3 058 613	0,48
Dezembro	56 299	5 208	10,81	44 667	3 553	12,57	1 746	580	3,01	1 429 579	3 066 114	0,47
2004	685 577	6 667	102,83	551 210	3 619	152,31	21 874	571	38,31	17 199 617	3 150 061	5,46
Janeiro	56 371	5 283	10,67	48 176	3 555	13,55	1 828	579	3,16	1 402 865	3 074 536	0,46
Fevereiro	56 456	5 378	10,50	47 089	3 555	13,25	1 973	580	3,40	1 447 368	3 079 596	0,47
Março	56 250	5 558	10,12	45 960	3 561	12,91	1 846	581	3,18	1 440 529	3 085 688	0,47
Abril	57 532	5 577	10,32	47 351	3 570	13,26	1 968	584	3,37	1 475 517	3 094 134	0,48
Maió	56 916	5 736	9,92	43 980	3 590	12,25	1 797	583	3,08	1 400 188	3 098 204	0,45
Junho	57 113	5 881	9,71	44 149	3 584	12,32	1 750	585	2,99	1 402 834	3 104 516	0,45
Julho	57 327	5 958	9,62	43 942	3 580	12,27	1 764	584	3,02	1 400 561	3 102 358	0,45
Agosto	57 488	6 175	9,31	45 867	3 598	12,75	1 801	583	3,09	1 436 185	3 117 160	0,46
Setembro	56 990	6 349	8,98	47 445	3 611	13,14	1 853	579	3,20	1 512 137	3 127 306	0,48
Outubro	57 609	6 444	8,94	45 148	3 631	12,43	1 717	579	2,97	1 429 736	3 134 636	0,46
Novembro	57 681	6 579	8,77	45 790	3 633	12,60	1 752	573	3,06	1 447 674	3 143 546	0,46
Dezembro	57 843	6 667	8,68	46 313	3 619	12,80	1 825	571	3,20	1 445 368	3 150 061	0,46
2005												
Janeiro	58 233	6 742	8,64	47 702	3 618	13,18	1 888	573	3,29	1 423 899	3 159 661	0,45
Fevereiro	58 108	6 744	8,62	47 309	3 618	13,08	1 838	572	3,21	1 470 656	3 166 895	0,46
Março	58 109	6 751	8,61	46 112	3 623	12,73	1 919	571	3,36	1 497 467	3 173 169	0,47
Abril	58 362	6 754	8,64	49 596	3 620	13,70	2 092	572	3,66	1 482 484	3 181 425	0,47
Maió	58 496	6 764	8,65	46 287	3 634	12,74	1 815	572	3,17	1 397 284	3 184 605	0,44

FONTE: Copel

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 12 - VENDAS DE COMBUSTÍVEIS, NO PARANÁ - 1999-2005

PERÍODO	VENDAS (m <sup>3</sup> )			
	Óleo Combustível	Gasolina <sup>(1)</sup>	Óleo Diesel	GLP
1999	612 534	1 619 097	2 979 938	847 527
2000	477 237	1 570 286	3 031 864	842 913
2001	408 320	1 477 508	3 229 577	819 977
2002	378 011	1 433 019	3 347 856	784 624
2003	288 062	1 471 381	3 437 857	760 707
Janeiro	25 267	116 164	234 057	53 169
Fevereiro	24 174	99 755	255 574	57 442
Março	35 540	105 729	304 958	60 181
Abril	30 693	122 433	287 864	58 500
Maio	29 064	132 781	296 632	65 739
Junho	28 385	116 296	265 177	62 991
Julho	31 583	127 436	299 137	70 808
Agosto	19 449	120 369	315 306	68 786
Setembro	17 061	122 516	308 080	69 414
Outubro	18 311	133 325	324 679	67 121
Novembro	14 126	122 114	278 756	61 910
Dezembro	14 410	152 463	267 636	64 646
2004	190 052	1 580 785	3 600 923	790 619
Janeiro	14 941	127 894	252 124	58 860
Fevereiro	12 690	119 384	264 817	57 378
Março	18 185	132 296	346 547	64 512
Abril	15 605	137 753	325 005	65 531
Maio	14 879	120 190	275 453	67 714
Junho	19 322	120 669	294 582	71 403
Julho	18 630	135 502	311 590	74 441
Agosto	14 836	131 435	348 684	70 303
Setembro	15 980	138 819	328 407	64 501
Outubro	14 676	133 062	307 929	65 160
Novembro	15 051	127 756	280 832	63 902
Dezembro	15 260	155 995	264 953	66 892
2005	53 453	498 878	1 161 400	243 024
Janeiro	13 075	121 113	232 562	58 485
Fevereiro	12 692	120 199	272 446	57 600
Março	14 463	131 527	354 092	63 623
Abril	13 223	126 039	302 300	63 316

FONTE: ANP

NOTA: Inclui o consumo das companhias distribuidoras.

(1) Não inclui a gasolina de aviação.

TABELA 13 - ÍNDICES DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA, NO PARANÁ - 2000-2005

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)										
	2000	2001	2002	2003	2004	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	maio/04	jun/04
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	97,09	90,40	110,57	106,53	109,65	103,72
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	100,22	100,47	109,47	113,62	106,67	102,65
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	100,38	100,49	109,48	113,74	106,62	102,52
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	86,24	82,37	96,11	97,43	136,38	108,33
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	118,40	92,30	109,96	106,99	130,89	125,08
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	...	...	...	100,00	106,49	101,77	93,22	108,26	106,42	114,07	107,11
Livros, jornais, revistas e papelaria	...	...	...	100,00	86,81	120,51	110,92	97,00	78,83	86,54	71,40
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	...	...	...	100,00	97,82	112,64	85,83	116,92	104,35	125,58	111,55
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	...	...	...	100,00	114,68	100,61	115,32	105,91	111,39	112,41	100,55
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	100,67	96,43	108,06	109,22	113,14	105,60

  

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)										
	jul/04	ago/04	set/04	out/04	nov/04	dez/04	2005	jan/05	fev/05	mar/05	abr/05
Combustíveis e lubrificantes	111,23	105,08	105,11	104,25	97,72	104,73	...	99,15	90,96	101,9	94,92
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	111,88	106,72	108,20	118,32	110,30	149,08	...	111,82	92,41	110,81	101,73
Hipermercados e supermercados	111,89	106,74	108,29	118,46	110,25	149,38	...	112,03	91,81	110,17	100,99
Tecidos, vestuário e calçados	111,91	98,17	96,98	97,76	101,85	174,99	...	86,03	79,67	93,68	110,86
Móveis e eletrodomésticos	131,49	127,68	121,86	132,93	133,64	221,82	...	129,78	115,2	131,36	131,83
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	105,01	105,19	98,37	102,78	105,29	130,35	...	99,44	102,75	120,47	110,57
Livros, jornais, revistas e papelaria	76,46	76,42	67,92	68,01	73,00	114,65	...	100,53	136,19	98,79	79,06
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	92,00	89,05	80,43	75,68	96,22	83,56	...	69,72	155,59	173,65	171,87
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	101,53	100,42	94,63	110,41	115,30	207,72	...	97,88	104,52	140,44	112,03
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	112,67	107,11	106,46	113,71	109,35	152,95	...	107,67	95,11	111,57	105,58

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 14 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2005

SEÇÃO/ATIVIDADE <sup>(1)</sup>	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	jan/04	abr/05	fev/04
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	98,5	114,6	103,6
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	83,0	104,2	84,2
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	91,3	108,0	99,1
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	129,7	117,8	111,9
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	104,3	104,3	96,2
Edição, impressão e reprodução de gravações	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	100,0	133,5	186,5	87,7	171,5	...
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	90,1	89,9	...
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	108,4	93,1	...
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	105,0	97,7	...
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	86,1	85,3	...
Produtos de metal – excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	98,9	99,3	...
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	110,9	148,1	...
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	81,5	81,6	...
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	130,9	139,3	...
Mobilário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	71,6	73,8	...

  

SEÇÃO/ATIVIDADE <sup>(1)</sup>	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)														
	mar/04	abr/04	maio/04	jun/04	jul/04	ago/04	set/04	out/04	nov/04	dez/04	2005	jan/05	fev/05	mar/05	abr/05
Indústria de transformação	115,4	109,1	106,5	102,9	117,1	133,4	139,7	131,2	127,0	111,4	...	109,3	105,5	118,4	114,6
Alimentos	102,6	114,3	109,0	114,0	124,3	132,7	127,8	118,3	113,5	93,8	...	88,9	81,7	97,0	104,2
Bebidas	104,2	91,7	78,7	71,3	82,5	89,3	113,3	107,8	120,5	136,7	...	100,5	103,5	113,6	108,0
Madeira	142,6	135,6	131,3	129,2	133,1	143,6	145,8	137,6	128,4	115,2	...	124,4	108,4	137,5	117,8
Celulose, papel e produtos de papel	101,1	102,4	111,5	101,6	107,1	103,5	104,3	108,2	106,8	108,7	...	100,8	103,6	106,9	109,5
Edição, impressão e reprodução de gravações	179,9	123,0	128,6	97,7	110,4	196,2	367,3	288,3	282,2	205,4	...	256,5	177,7	181,0	128,1
Refino de petróleo e álcool	94,9	91,9	53,9	16,8	76,6	112,0	120,1	110,9	93,2	102,6	...	90,4	70,5	89,7	95,0
Outros produtos químicos	62,1	70,7	96,4	106,0	88,1	115,7	130,2	124,7	86,5	51,1	...	59,3	71,5	65,0	44,6
Borracha e plástico	105,6	88,7	94,3	86,6	96,7	106,7	109,2	106,9	103,6	96,7	...	80,7	87,7	92,2	94,7
Minerais não metálicos	94,2	87,3	89,4	88,4	97,7	99,3	95,5	89,0	94,3	90,0	...	87,6	90,4	99,6	95,7
Produtos de metal – excl. máquinas e equip.	117,9	99,7	106,6	109,6	112,8	119,4	103,1	104,6	97,1	82,4	...	92,9	93,5	105,2	107,5
Máquinas e equipamentos	161,2	122,8	117,4	117,3	119,6	149,6	150,0	157,3	148,9	153,9	...	129,9	155,5	148,0	123,4
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	93,9	92,6	100,9	91,5	111,8	91,8	94,0	85,0	84,6	85,2	...	94,6	103,5	107,4	94,4
Veículos automotores	166,8	155,6	165,0	188,6	212,0	218,0	190,4	182,2	211,9	160,7	...	177,2	190,8	228,4	240,5
Mobilário	98,5	85,4	93,1	92,1	90,1	96,2	102,4	99,2	113,4	99,2	...	78,2	76,7	95,4	89,9

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

Nota: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentaram produtos incluídos na amostra.

TABELA 15 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2005

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: 2001 = 100)										
	2001	2002	2003	2004	Jan/04	Fev/04	Mar/04	Abr/04	Mai/04	Jun/04	Jul/04
Indústria geral	100,00	100,22	102,65	106,86	102,04	102,11	102,97	105,31	107,63	108,34	107,43
Indústrias extrativas	100,00	96,26	91,98	83,99	84,30	85,40	86,21	86,90	87,85	87,59	81,78
Indústria de transformação	100,00	100,27	102,78	107,14	102,24	102,30	103,16	105,53	107,87	108,59	107,75
Alimentos e bebidas	100,00	108,69	119,34	125,33	120,01	118,61	120,70	123,00	123,88	123,39	122,71
Fumo	100,00	94,35	86,70	106,92	68,69	184,90	189,25	235,62	222,87	53,33	52,74
Têxtil	100,00	100,60	95,15	93,80	92,42	95,25	98,01	95,44	95,08	94,50	94,06
Vestuário	100,00	110,60	120,82	138,58	120,73	118,20	118,69	131,57	140,91	142,76	145,06
Calçados e couro	100,00	92,12	83,03	75,78	76,47	74,65	69,70	71,73	72,48	73,22	76,77
Madeira	100,00	90,52	87,71	89,81	86,56	88,25	90,99	91,86	90,66	90,62	91,24
Papel e gráfica	100,00	102,00	112,58	116,13	116,62	116,82	115,00	115,09	114,35	115,30	114,68
Refino de petróleo e combustíveis	100,00	107,12	148,91	153,74	96,31	97,42	105,34	128,15	180,68	185,61	185,11
Produtos químicos	100,00	96,83	87,29	86,40	81,39	84,09	84,29	85,45	87,23	90,41	87,16
Borracha e plástico	100,00	103,79	92,86	91,25	87,14	88,14	87,42	89,46	90,27	90,27	92,36
Minerais não-metálicos	100,00	110,98	108,27	111,57	104,62	107,41	105,28	114,83	113,53	115,86	112,96
Metalurgia básica	100,00	84,00	76,32	72,92	74,93	75,17	74,43	71,33	70,51	70,13	71,82
Produtos de metal <sup>(1)</sup>	100,00	94,47	96,42	95,87	96,41	96,39	96,51	97,72	96,89	96,98	90,45
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	100,00	110,52	124,33	136,63	139,35	135,85	137,77	136,79	136,96	137,72	134,21
Máquinas e aparelhos elétricos <sup>(3)</sup>	100,00	101,98	92,26	86,33	87,01	87,66	87,86	85,85	91,24	90,77	83,67
Fabricação de meios de transporte	100,00	90,93	96,31	104,83	97,54	98,14	98,33	99,79	102,61	107,07	106,96
Fabricação de outros produtos	100,00	81,57	71,71	75,17	75,62	74,50	74,38	72,61	75,82	77,49	76,74

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: 2001=100)										
	Ago/04	Set/04	Out/04	Nov/04	Dez/04	2005	Jan/05	Fev/05	Mar/05	Abr/05	
Indústria geral	108,89	109,27	109,75	110,56	107,97	...	108,35	108,61	109,09	109,80	
Indústrias extrativas	82,72	83,24	82,08	80,55	79,30	...	79,24	79,29	80,82	79,84	
Indústria de transformação	109,22	109,60	110,10	110,94	108,33	...	108,72	108,98	109,45	110,18	
Alimentos e bebidas	126,53	128,88	130,37	133,23	132,65	...	134,01	134,92	135,42	139,03	
Fumo	53,62	54,49	54,19	55,36	57,97	...	69,27	133,32	207,22	261,42	
Têxtil	93,78	93,75	91,62	91,82	89,90	...	89,63	90,09	90,04	90,62	
Vestuário	147,46	147,47	151,78	151,80	146,53	...	149,40	146,79	145,01	144,67	
Calçados e couro	80,98	79,83	79,25	77,54	76,77	...	78,97	79,34	80,36	77,16	
Madeira	91,69	90,68	88,85	89,54	86,82	...	87,48	88,19	87,85	83,42	
Papel e gráfica	115,59	117,47	117,58	117,84	117,16	...	117,56	116,58	116,70	117,88	
Refino de petróleo e combustíveis	183,67	184,77	183,86	181,17	132,82	...	114,42	109,44	116,98	162,02	
Produtos químicos	85,49	87,08	90,12	88,61	85,50	...	85,45	85,19	85,03	85,09	
Borracha e plástico	94,06	94,16	93,74	94,20	93,77	...	90,89	92,44	92,29	91,87	
Minerais não-metálicos	114,61	111,05	110,43	111,81	116,47	...	119,22	120,57	119,04	119,40	
Metalurgia básica	72,10	75,55	72,87	73,07	73,17	...	78,86	76,53	76,40	75,95	
Produtos de metal <sup>(1)</sup>	95,80	94,79	94,59	98,46	95,46	...	95,89	96,02	97,32	94,30	
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	134,20	135,47	138,32	139,31	133,60	...	137,82	139,86	140,64	140,10	
Máquinas e aparelhos elétricos <sup>(3)</sup>	82,95	84,38	85,03	85,04	84,50	...	86,41	89,34	90,51	94,42	
Fabricação de meios de transporte	107,22	107,90	110,09	110,82	111,51	...	114,76	116,63	116,88	116,96	
Fabricação de outros produtos	76,88	75,91	75,34	74,74	72,04	...	67,58	66,29	68,71	68,44	

FONTE: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 16 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ<sup>(1)</sup> - 1995-2005

ANO	SETORES (número de vagas)						
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	Total
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
Janeiro	2 414	647	366	1 682	-177	-	4 932
Fevereiro	3 558	-117	1 552	5 534	243	-	10 770
Março	3 210	-706	956	1 042	1 117	5	5 624
Abril	6 850	-874	2 837	1 546	6 915	3	17 277
Mai	3 418	995	2 141	1 455	8 202	5	16 216
Junho	912	-566	1 901	1 186	1 796	-	5 229
Julho	752	-549	1 593	1 232	443	-	3 471
Agosto	2 157	-608	2 380	5 311	-542	-	8 698
Setembro	4 106	336	2 737	2 875	59	-	10 113
Outubro	1 416	-36	2 683	2 810	135	-	7 008
Novembro	-1 024	-78	5 742	1 965	-2 393	-	4 212
Dezembro	-9 703	-2 347	-114	-9 293	-9 723	-	-31 180
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
Janeiro	1 699	828	768	2 489	374	-	6 158
Fevereiro	4 276	-100	3 492	4 389	-302	-	11 755
Março	8 436	-16	3 395	3 389	1 806	-	17 010
Abril	11 360	-310	2 274	3 855	5 271	-	22 450
Mai	9 842	1 745	3 318	4 859	5 337	-	25 101
Junho	4 556	-173	2 769	3 048	1 866	-	12 066
Julho	4 240	-337	3 145	3 949	774	-	11 771
Agosto	6 616	1 438	4 969	5 167	762	-	18 952
Setembro	6 281	421	2 731	3 032	481	-	12 946
Outubro	4 274	369	3 539	2 029	-32	2	10 181
Novembro	-939	-675	5 617	1 859	-286	-1	5 575
Dezembro	-11 549	-1 173	-968	-7 914	-9 113	-	-31 317
2005	24 993	2 361	10 038	20 623	9 612	1	67 628
Janeiro	987	300	1 252	2 911	-2 251	1	3 200
Fevereiro	1 732	414	1 498	5 713	-210	-	9 147
Março	5 709	434	1 826	4 788	2 772	-	15 529
Abril	12 495	274	2 934	3 118	5 257	-	24 078
Mai	4 070	939	2 528	4 093	4 044	-	15 674

FONTES: CAGED – MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 17 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA -  
DEZ 2002 - MAIO 2005

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) <sup>(1)</sup>
2002	
Dezembro	6,4
2003	
Janeiro	7,8
Fevereiro	9,0
Março	10,0
Abril	9,6
Maio	10,2
Junho	10,2
Julho	10,3
Agosto	8,4
Setembro	8,4
Outubro	8,5
Novembro	8,0
Dezembro	6,5
2004	
Janeiro	7,1
Fevereiro	7,5
Março	8,9
Abril	8,2
Maio	8,4
Junho	8,7
Julho	8,9
Agosto	8,2
Setembro	7,9
Outubro	8,4
Novembro	8,0
Dezembro	7,2
2005	
Janeiro	7,7
Fevereiro	8,7
Março	8,5
Abril	8,2
Maio	8,1

FONTE: PME-IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

TABELA 18 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 1995-2004

ANO	PARANÁ		BRASIL	
	Valor (R\$ milhão) <sup>(1)</sup>	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) <sup>(1)</sup>	Variação Real (%)
1995	38 369	1,78	646 192	4,22
1996	47 720	7,24	778 887	2,66
1997	52 849	0,89	870 743	3,27
1998	56 798	5,30	914 188	0,13
1999	61 724	2,32	973 846	0,79
2000	65 969	5,06	1 101 255	4,36
2001	72 770	4,59	1 198 736	1,31
2002	81 449	1,70	1 346 028	1,93
2003 <sup>(2)</sup>	96 663	3,80	1 556 182	0,54
2004 <sup>(2)</sup>	...	2,4	1 766 621	4,94

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Preços correntes.

(2) Estimativa.